



**Técnico Judiciário (Área Administrativa)**

# **SIMULADOS**

# **TRT-SE**

**AMOSTRA GRATUITA**

**Q2**

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

## APRESENTAÇÃO

---

Fala, Futuro(a) **Técnico Judiciário do TRT-SE**, tudo bem?

Seja bem-vindo ao nosso **SIMULADO GRATUITO** pós-edital focado na banca **FCC** para o concurso do TRT-SE. Esse simulado é uma pequena amostra em relação ao nosso pacote completo!

### **VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:**

No total serão **6 simulados** com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver todas as matérias cobradas no **EDITAL** da banca **FCC**.

### **PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:**

- Cada simulado terá **60 questões** e o **comentário com gabarito** de cada questão fica disponível após finalizar o simulado!
- Os **6 simulados** serão Liberados de imediato!
- O acesso do pacote completo com **6 simulados** é enviado pelo **E-mail** através da nossa **plataforma eduzz!**

Bons estudos e aproveite bastante o seu material! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

**PORTUGUÊS**

01)

**Avaliar e avaliar-se**

*Avaliar é atribuir algum valor a algo ou a alguém. Nesse sentido, nossa atenção recai em geral sobre o que ou quem está sendo avaliado. Um carro, um modo de vida, um governo, uma empresa, uma pessoa – imediatamente surge logo diante de nós o objeto de uma avaliação, na iminência ou no momento mesmo de ser qualificado. Mas pensa-se pouco no sujeito da avaliação: afinal, quem está avaliando? Não é uma pergunta que costuma se antepor a um processo de avaliação – e no entanto, esta depende, fundamentalmente, dos critérios já assumidos pelo avaliador.*

*De fato, avaliar supõe faixas de mensuração dos valores atribuídos, que podem ir do barato ao caro, do fácil ao difícil, do belo ao feio, do necessário ao supérfluo etc. etc. O valor pode estar num extremo ou outro, ou em algum ponto de uma tábua valorativa onde os traços são flutuantes e problemáticos. Mas essa tábua não age por si mesma, e volta-se à pergunta mais que necessária: quem elegeu, graduou e opera essa tábua?*

*Ainda quando estudantes do ensino médio, foi-nos oferecida por uma professora a oportunidade de nos avaliarmos a nós mesmos. A atribuição obrigatória da nota do trabalho de cada um a cada um estaria reservada. Olhamo-nos, intrigados. À primeira vista, parecia ser aquela uma oportunidade de ouro para todo mundo se dar a nota máxima... Mas, no momento seguinte, sentimos que estávamos sendo convocados para uma tarefa superior, e nada oportunista: a de cada um revelar para si mesmo que tipo de ética havia dentro de si, que valores lhe caberia defender como verdadeiros. A professora nos oferecia, assim, um espelho crítico diante do qual podíamos fazer alguma micagem ou reconhecer e enfrentar a verdade dos nossos limites. Foi uma lição preciosa, nada fácil, aliás, de se sustentar com a honestidade que ela reclama.*

(ALBUQUERQUE, Silvério. **Notas de escola.** Aguardando edição)

**O autor se vale de um recurso de linguagem figurada na seguinte construção:**

- A) pensa-se pouco no sujeito da avaliação (1º parágrafo)
- B) avaliar supõe faixas de mensuração (2º parágrafo)
- C) quando estudantes do ensino médio (3º parágrafo)
- D) foi-nos oferecida por uma professora uma oportunidade (3º parágrafo)
- E) nos oferecia, assim, um espelho crítico (3º parágrafo)

02) [Em torno dos sonhos]

*A palavra sonho, do latim **somnium**, significa muitas coisas diferentes, todas vivenciadas durante a vigília, e não durante o sono. Realizei o “sonho da minha vida”, “meu sonho de consumo” são expressões usadas cotidianamente pelas pessoas para dizer que pretendem ou conseguiram alcançar algo. Por que será que o sonho, fenômeno normalmente noturno que tanto pode evocar o prazer quanto o medo, é justamente a palavra usada para designar tudo aquilo a que se aspira?*

*O repertório publicitário contemporâneo não tem dúvida de que o sonho é a força motriz de nossos comportamentos, a motivação íntima de nossa ação exterior. Num anúncio de cartão de crédito, a promessa milagrosa: “Realizamos todos os seus sonhos”. Em outro anúncio de cartão de crédito, uma foto enorme de um casal sorridente, velejando num mar caribenho em dia ensolarado, está sobre a frase “Aonde os seus sonhos o levarão?” Deduz-se do anúncio de que os sonhos são como veleiros, capazes de levar-nos a lugares idílicos, perfeitos, altamente... desejáveis. As equações “sonho é igual a desejo que é igual a dinheiro” têm como variável oculta a liberdade de ir, ser e principalmente ter, liberdade que até os mais miseráveis podem experimentar no sonho noturno, mas que no sonho diurno é privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão de plástico.*

*No seu famoso discurso “I have a dream” (“eu tenho um sonho”), o reverendo Martin Luther King colocou no centro do debate político norte-americano a necessidade de justiça e integração racial. Num país construído por escravos africanos, seus descendentes eram obrigados a construir o “sonho americano”, mas proibido de fruí-lo. Prêmio Nobel da paz em 1964, o dr. King foi assassinado a tiros quatro anos depois. Morreu o reverendo lutador, mas não o sonho, que vicejou e progressivamente abriu espaço para a diminuição da desigualdade racial no país. Força poderosa a dos sonhos, que continua a requerer explicação.*

(Adaptado de: RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite. A história e a ciência do sonho.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p, 19-20)

**Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:**

- A) tanto pode evocar o prazer quanto o medo (1º parágrafo) = provoca uma satisfação, análoga a um receio.
- B) força motriz de nossos comportamentos (2º parágrafo) = enérgico diletantismo dos nossos hábitos.
- C) têm como variável oculta (2º parágrafo) = presumem como dissimulada razão.

D) é privilégio apenas dos detentores (2º parágrafo) = constitui-se somente daquilo que os detém.

E) vicejou e progressivamente abriu espaço (3º parágrafo) = fez germinar e gradualmente ampliou-se.

**03)** Quando me separei, deixei a beira-mar e voltei a morar num topo de ladeira, quase no mesmo endereço que dividi anos atrás com a minha primeira mulher. Ela ainda mora naquele prédio de pasfilhas, quatro abaixo do meu, e já deve ter me visto passar sob a sua janela. Talvez pense que ensaio uma reconciliação, embora esfieja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas\*, sobretudo nos dias em que sento para escrever e me sinto amarrado, com a vista saturada de letras. Desço à rua sempre que as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso. Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos. Mais adiante já não vejo mais que cores, arestas, vultos, halos, e ideias solias me vêm à cabeça, esta boa, esta má, e toca a subir e descer a ladeira debaixo de sol ou chuva, pensando alto, discutindo comigo mesmo, com aqueles tiques e gestos falhos de que fala o poeta, aquelas caretas que fazem os porteiros abanar a cabeça: aê, o esquisitão voltou.

(Adaptado de: BUARQUE, Chico. **Essa gente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, edição eletrônica)

\* **peripatético: que é exagerado na expressão e nos gestos.**

**Desço à rua sempre que as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso.**

**No contexto em que se encontra, o pronome “si” sublinhado acima**

- A) indica indeterminação do sujeito.
- B) realça o sentido reflexivo.
- C) reflete o sujeito da oração.
- D) expressa mudança de estado.
- E) indica reciprocidade.

**04) \* peripatético: que é exagerado na expressão e nos gestos.**

**As vírgulas separam termos de uma enumeração no seguinte segmento:**

- A) embora esteja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas, sobretudo nos dias em que sento para escrever e me sinto amarrado, com a vista saturada de letras
- B) Ela ainda mora naquele prédio de pastilhas, quatro abaixo do meu, e já deve ter me visto passar sob a sua janela

C) Quando me separei, deixei a beira-mar e voltei a morar num topo de ladeira, quase no mesmo endereço

D) Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos

E) discutindo comigo mesmo, com aqueles tiques e gestos falhos de que fala o poeta

**05) No trecho, o narrador relata que sua atitude, durante a caminhada,**

- A) provoca a inveja de outros escritores
- B) desperta o ciúme da ex-mulher.
- C) intriga os alunos de uma escola do bairro.
- D) incomoda os moradores do prédio em que mora.
- E) causa estranheza a pessoas que o veem passar.

**06) Talvez pense que ensaio uma reconciliação, embora esteja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de**

- A) concessão.
- B) causa.
- C) consequência.
- D) condição.
- E) comparação.

**07)** *A emissão de gases de efeito estufa é o principal motivo que torna o clima na Terra progressivamente mais quente a partir de meados do século XIX. Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, a temperatura média do planeta subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C). No plano local, o estilo de vida urbano adotado atualmente pela maior parte da população global potencializa ainda mais o calor de fundo criado pelas mudanças climáticas. Desde 2007, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), mais pessoas vivem em cidades do que no campo, um padrão de habitação e ocupação do solo provavelmente inédito na história da humanidade. Hoje, mais de 55% dos bilhões de habitantes do planeta moram em centros urbanos. Em muitos países, esse percentual é bem maior e, no Brasil, chega a 88%.*

*Com menos áreas verdes, mais concreto e asfalto e ocupação geralmente desordenada do solo, as cidades são mais abafadas do que as áreas rurais. Dentro do meio urbano, as zonas com menos árvores e vegetação são ainda mais quentes e formam bolsões de clima abafado. Esse efeito é denominado ilha de calor urbana. Até poucos anos atrás, ele era mais sentido e estudado em grandes cidades, com milhões de habitantes, como São Paulo, Rio de Janeiro ou qualquer outra grande metrópole. Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.*

(PIVETTA, Marcos. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>)

Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, a temperatura média do planeta subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C).

O elemento que exerce, no contexto em que se encontra, a mesma função sintática que o sublinhado na frase acima está também sublinhado em:

- A) um padrão de habitação e ocupação do solo provavelmente inédito na história da humanidade.  
B) Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.  
C) A emissão de gases de efeito estufa é o principal motivo que toma o clima na Terra progressivamente mais quente a partir de meados do século XIX.  
D) No plano local, o estilo de vida urbano adotado atualmente pela maior parte da população global! potencializa ainda mais o calor de fundo criado pelas mudanças climáticas.  
E) Com menos áreas verdes, mais concreto e asfalto e ocupação geralmente desordenada do solo, as cidades são mais abafadas.

**08)** *[A mulher] trouxe uma fotografia em preto e branco: Yagub e minha mãe juntos, numa canoa, em frente da palafita, o Bar da Margem, Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz. Depois falou que morava muito longe, em São Paulo, fazia anos que não visitava a cidade. A mulher quis puxar conversa, mas Yaqub quase não falou, sua alegria foi se apagando, o rosto ficou sério. Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem. Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que nunca ia se esquecer do dia em que saiu de Manaus e foi para o Líbano. Tinha sido horrível. “Fui obrigado a me separar de todos, de tudo... não queria.”*

*A dor dele parecia mais forte que a emoção do reencontro com o mundo da infância. Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante, onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros. A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida. Eu via o rosto sério de Yaqub, e imaginei o que teria lhe acontecido durante o tempo em que viveu numa aldeia do sul do Líbano. Talvez nada, talvez nenhuma torpeza ou agressão tivesse sido tão violenta quanto a brusca separação de Yaqub do seu mundo. Seu entusiasmo para redescobrir certas pessoas, paisagens, cheiros e sabores era logo sufocado pela lembrança dessa ruptura.*

(Adaptado de: HATOUM, Milton. Dois irmãos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, edição eletrônica)

O verbo sublinhado que expressa uma ação contínua está em:

- A) Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante.  
B) A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida.  
C) Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem.  
D) Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz.  
E) A mulher quis puxar conversa, mas Yaqub quase não falou,

**09)** *Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que [...] (1º parágrafo)*

Considerada no contexto, a oração reduzida de gerúndio sublinhada acima, se for desenvolvida, assumirá a seguinte redação:

- A) até que remasse para o pequeno porto  
B) porque remava para o pequeno porto  
C) desde que remasse para o pequeno porto  
D) enquanto remava para o pequeno porto  
E) quando remava para o pequeno porto

**10)** *Seu entusiasmo [...] era logo sufocado pela lembrança dessa rupiura.*

Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal resultante será:

- A) sufocava.  
B) sufocou.  
C) havia sufocado.  
D) sufocaram.  
E) tinham sufocado.

**11)** *O emprego da vírgula antes de uma conjunção se justifica porque assinala que há duas orações com sujeitos diferentes no seguinte trecho:*

- A) Eu via o rosto sério de Yaqub, e imaginei o que teria lhe acontecido.  
B) Fui obrigado a me separar de todos, de tudo.  
C) Yaqub e minha mãe juntos, numa canoa.  
D) Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar da margem em que algum dia fora feliz.  
E) A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava

**12)** *Do ponto de vista do narrador, causou uma “ruptura” na vida do personagem Yaqub*

- A) a volta para Manaus.  
B) a ida para o Líbano.  
C) a descoberta de uma foto antiga.  
D) o reencontro com Domingas.  
E) a estadia em São Paulo.

13)

**Males de nossas sociedades**

*A enfermidade do Ocidente, mais do que social ou econômica, é moral. É verdade que os problemas econômicos são graves e não foram resolvidos. Também é certo que, apesar da abundância, a pobreza não desapareceu. Vastos grupo — as mulheres, as minorias raciais, religiosas e linguísticas — seguem sendo ou sentindo-se excluídos.*

*Porém, a verdadeira e mais profunda discórdia está na alma de cada um. O futuro se tornou a região do horror, e o presente se converteu num deserto. As sociedades liberais giram incansavelmente: não avançam, se repetem. Se mudam, não se transfiguram. O hedonismo do Ocidente é a outra face do seu desespero; o seu ceticismo não é uma sabedoria, e sim uma renúncia; o seu niilismo desemboca no suicídio e em formas degradadas de credulidade, como os fanatismos políticos e as quimeras da magia.*

*O lugar vazio deixado pelo cristianismo nas almas modernas não foi ocupado pela filosofia, mas pelas superstições e interesses mais grosseiros. Nosso erotismo é uma técnica, não mais uma arte ou uma paixão. O hedonismo contemporâneo desconhece a temperança: trata-se de um recurso de angustiados e desesperados, uma expressão do niilismo que corrói implacavelmente o Ocidente.*

(Adaptado de PAZ, Octavio, 1978. Apud GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 141)

**A pontuação está inteiramente adequada na frase:**

- A) Se, de um lado, há minorias raciais perseguidas, de outro há os religiosos Injustiçados, discriminados por suas opções de fé.
- B) O que o cristianismo deixou de nos lagar, foi uma fé de fato estribada, nos valores civilizacionais.
- C) Em nossos dias, o erotismo mesmo, deixou de ser movido pela paixão, tornando-se acima de tudo, uma mera técnica.
- D) Se de um lado, o hedonismo, se vale dos prazeres mais imediatos, de outro, o niilismo, acaba por negar quaisquer alegrias.
- E) Está na alma de cada um, a discórdia moral, razão da enfermidade do Ocidente, que impede a realização das criaturas.

**14) Atente para as seguintes orações:**

- I. Há um lugar vazio dentro de nós.
- II. Nosso vazio íntimo nos traz angústia.
- III. Nossa angústia deriva do nosso niilismo.

**Essas três orações articulam-se de modo coeso e coerente neste período único:**

- A) o vazio dentro de nós é o lugar íntimo do niilismo que redundando em nossa angústia.
- B) Ainda que haja um vazio angustiante dentro de nós, de nosso íntimo nasce nosso niilismo.
- C) A angústia nossa, de que deriva nosso niilismo, é um lugar vazio dentro de nós.
- D) A angústia de que deriva nosso vazio íntimo ocupa o lugar do nosso niilismo.
- E) Provém do nosso niilismo a angústia que nos traz o nosso vazio íntimo.

**RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**

**15) A produção de 864 veículos de uma fábrica foi planejada de forma que os números de veículos brancos e de veículos cinza produzidos fossem, respectivamente, o triplo e o quádruplo do número de veículos pretos produzidos. O número de veículos pretos produzidos deve ser**

- A) 96
- B) 105
- C) 121
- D) 130
- E) 136

**16) Maria, Ivo e Pedro escolheram, para cada um, dois sabores diferentes de sorvete. As seis escolhas foram: Ameixa, Açaí, Baunilha, Chocolate, Creme e Menta. Um dos rapazes foi o único dentre os três que escolheu dois sabores cujos nomes começam com a mesma letra; Maria escolheu Ameixa, mas não escolheu Menta. Ivo escolheu Chocolate como um dos sabores. Pode-se afirmar corretamente que**

- A) Pedro escolheu Baunilha.
- B) Ivo escolheu Açaí.
- C) Maria escolheu Creme.
- D) Pedro escolheu Menta.
- E) Maria escolheu Açaí.

**17) Em um determinado prédio, uma equipe de pintores pinta um apartamento em 4 dias e outra, em 6 dias. Supondo que as equipes consigam trabalhar em conjunto, mantendo o mesmo ritmo, o número de dias que elas precisam para pintar 10 apartamentos é**

- A) 24.
- B) 22.
- C) 25.
- D) 23.
- E) 26.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

18) Após fazer login na sua conta do Google Workspace configurada para usar o idioma português, um Advogado clicou na opção Drive, para acessar sua pasta no Google Drive. Na pasta, para visualizar informações sobre o arquivo, como quem pode acessar, o tipo do arquivo, o tamanho, o proprietário, quando foi criado, aberto ou modificado, deve

- A) selecionar o arquivo e pressionar a tecla F1 sobre ele.
- B) clicar no ícone da engrenagem (Configurações) e na opção Informações sobre o documento.
- C) clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo e selecionar a opção Sobre.
- D) clicar no ícone com a imagem de um ponto de interrogação, à direita do nome do documento.
- E) clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo, selecionar a opção Informações sobre o arquivo e a opção Detalhes.

19) Após fazer login na sua conta Google, um Advogado clicou na opção Google Apps e na opção Meet para criar uma videoconferência. Em seguida, clicou no botão Nova Reunião e, no menu que apareceu, encontrou, disponíveis para escolha, as opções: Criar uma reunião para depois, Iniciar uma reunião instantânea e

- A) Agendar no Google Agenda.
- B) Cancelar uma reunião.
- C) Editar uma reunião existente.
- D) Participar de uma reunião agendada.
- E) Agendar uma reunião via Gmail.

20) A partir da Caixa de entrada do Gmail, para definir que as respostas aos e-mails não sejam agrupadas em conversas, exibindo cada e-mail de resposta separadamente da conversa inicial, um Técnico deve

- A) clicar em Contas e importação e selecionar a opção Visualização de conversas desativado.
- B) clicar em Painel de Controle e selecionar a opção Exibir mensagens individuais.
- C) clicar na guia Marcadores e selecionar a opção Mostrar e-mails agrupados.
- D) acessar a guia Configurações rápidas e desmarcar a opção Visualização de conversas.
- E) acessar a guia Painel de visualização e desmarcar a opção Marcadores.

**DIREITO DO TRABALHO**

21) Mévio e a sua empregadora Restaurante Peixe na Telha pactuaram em acordo individual sistema de compensação de horas extras em banco de horas. Para a licitude deste acordo, conforme o que normatiza a Consolidação das Leis do Trabalho, o mesmo deve ter previsão de compensação de horas em até

- A) doze meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da rescisão.
- B) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da prestação das horas extras.
- C) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da rescisão.
- D) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio não fará jus às horas extras não compensadas.
- E) doze meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da prestação das horas extras, sem direito ao adicional.

22) O escritório de contabilidade “No Azul”, buscando a redução de custos em infraestrutura, resolveu colocar 40% de seus funcionários em teletrabalho, com possibilidade de revogação, caso a experiência não se mostrasse bem-sucedida. Diante do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho,

- A) em razão de sua precariedade, não se faz necessário constar a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho do instrumento de contrato individual de trabalho.
- B) mesmo na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato, o empregador sempre será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, por caber a ele o risco do negócio.
- C) o comparecimento, de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
- D) o empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.
- E) é vedada a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.

**23) A empresa Festaria Eventos Ltda, celebrou, por escrito, contratos de trabalho intermitente com 10 empregados. Uma vez celebrados os contratos,**

- A) havendo serviço a ser prestado, o empregador, por qualquer meio de comunicação eficaz, convocará o empregado para essa prestação, com pelo menos 5 dias de antecedência, devendo ainda informar qual será a jornada de trabalho que será cumprida.
- B) a não resposta do empregado à convocação no prazo de até 2 dias úteis, permanecendo em silêncio, tem efeito de recusa da oferta o que, no entanto, não descaracteriza a subordinação para fins contratuais.
- C) o empregador deverá pagar mensalmente aos 10 empregados férias proporcionais com acréscimo de um terço e décimo terceiro proporcional.
- D) aceita a oferta para comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir a obrigação assumida, sem justo motivo, pagará à outra, de imediata, multa de 50% da remuneração qual seria devida.
- E) os empregados têm direito ao valor da hora de trabalho não inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele recebido pelos demais empregados que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

**24) Com fundamento no princípio constitucional da não discriminação salarial e na garantia constitucional da isonomia, o legislador assegura a todo trabalho de igual valor o pagamento de salário igual. Nesse sentido, de acordo com a lei e a jurisprudência pacificada do TST,**

- A) quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, exclui as hipóteses de equiparação salarial e de reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.
- B) decorrendo a diferença salarial de hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, será assegurado ao empregado discriminado o direito ao pagamento das diferenças salariais devidas, além do direito de ação de indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto.
- C) em caso de cessão de empregados entre órgãos governamentais, tendo em vista as diferenças de carreiras existentes e as previsões orçamentárias de cada um deles, o empregado cedido não tem direito à equiparação salarial.
- D) a equiparação salarial é possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função e, em caso de pretensão de diferenças salariais em relação a paradigma remoto, incide a prescrição parcial, salvo se este tiver obtido a vantagem em ação judicial própria, caso em que inexistente o direito à equiparação.
- E) para que se reconheça o direito à equiparação salarial, empregado e paradigma, ainda que trabalhem em estabelecimentos empresariais distintos, devem exercer idêntica função,

desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm ou não a mesma denominação.

**25) O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a**

- A) exclusividade.
- B) ausência de onerosidade.
- C) subordinação jurídica.
- D) boa-fé contratual objetiva.
- E) autonomia privada coletiva.

**26) O artigo 8º. da Consolidação das Leis do Trabalho elenca algumas fontes subsidiárias ou supletivas do Direito do trabalho, NÃO se incluindo**

- A) direito comparado.
- B) jurisprudência.
- C) analogia.
- D) usos e costumes.
- E) convenção coletiva de trabalho.

**27) Entre os direitos fundamentais assegurados aos trabalhadores pela Constituição Federal se inclui**

- A) participação na gestão da empresa e, excepcionalmente, nos lucros e resultados.
- B) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a 75% à do normal.
- C) proibição de trabalho a menores de 18 anos, salvo na condição de menor aprendiz.
- D) proibição às mulheres de trabalho insalubre, perigoso ou atividades penosas.
- E) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.



**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**28) Cícero propôs ação trabalhista em face do seu ex-empregador, o Banco Poupe Aqui, perante a Vara do Trabalho da localidade em que reside, diante da facilidade e para ter o pleno acesso à Justiça. O réu pretende arguir exceção de incompetência territorial. Nessa situação, com base no que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, deverá fazê-lo**

A no prazo para a juntada de contestação, em peça apartada.

B) por escrito, ou ainda de forma oral, em audiência.

C) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência.

D) como matéria preliminar de defesa, dentro de 10 dias após a notificação.

E) apenas por escrito, em audiência, onde o juiz dará a palavra à parte contrária e decidirá em 48 horas.

**29) A Teoria Geral do Processo conceitua a nulidade como sendo uma sanção pela qual a lei priva um ato jurídico dos seus efeitos normais, quando em sua execução não são observadas as formas ou requisitos para ele prescritas. Entretanto, diante da informalidade do processo do trabalho, em relação às nulidades é correto que**

A) só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

B) as partes litigantes podem arguir as nulidades a qualquer momento processual, cabendo-lhes a escolha do momento processual que entendam oportuno.

C) a nulidade será declarada mesmo que for possível suprir-lhe a falta ou repetir o ato, uma vez que o ato já foi realizado e se consolidou.

D) a nulidade deverá ser pronunciada ainda que tenha sido arguida pela parte litigante que lhe originou ou lhe deu causa.

E) o juiz que pronunciar a nulidade não precisa declarar os atos a que ela se estende porque a nulidade de um ato prejudica os atos anteriores a este.

**30) A exceção de incompetência territorial deverá ser apresentada pelo reclamado em Processo do Trabalho**

A) no prazo de 5 dias antes da audiência, mas sempre em peça apartada à defesa.

B) juntamente com a defesa, em audiência, podendo inclusive ser feita de forma verbal, em respeito ao princípio da oralidade.

C) no prazo de 10 dias a contar da notificação, em peça autônoma onde se fundamente a existência da exceção.

D) juntamente com a defesa, em audiência, devendo ser sempre escrita e em peça apartada.

E) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência da exceção.

**31) No início da audiência designada em reclamatória trabalhista, por não ter convidado nenhuma testemunha e prevendo o seu insucesso, o autor Hércules provocou um incidente tumultuário ameaçando o Juiz auxiliar da Vara de Lucas do Rio Verde e declarando, em público, que era inimigo pessoal do magistrado. Em razão do ocorrido, o patrono do autor apresentou no ato exceção de suspeição do referido Juiz, postulando o adiamento da audiência, para que não fosse configurada nulidade processual. Nessa situação, conforme disposição legal, o magistrado deve**

A) rejeitar a exceção, visto que a exceção de suspeição e a nulidade não serão pronunciadas quando o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a nulidade for arguida por quem lhe der causa.

B) acolher a exceção e se declarar suspeito apenas para o julgamento, prosseguindo a audiência, colhendo o depoimento das partes e a oitiva das testemunhas presentes da reclamada e remetendo o julgamento para o Juiz titular da Vara.

C) adiar a audiência acolhendo a suspeição, mesmo que o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a alegada nulidade tenha sido arguida por quem lhe deu causa.

D) prosseguir a audiência por não haver previsão legal tanto para a alegada exceção de suspeição do Juiz, bem como quanto à arguição por quem deu causa da nulidade.

E) adiar a audiência para que haja instrução da suspeição designando nova audiência em 05 dias para que o Juiz Titular da Vara aprecie a admissibilidade da exceção e, após, remeta ao Tribunal para julgá-la.

**32) Quanto aos prazos processuais, considere:**

**I. Os prazos são contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, somente para os processos judiciais eletrônicos.**

**II. No processo judicial eletrônico, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico, sendo que os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.**

**III. Os prazos são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada, somente para os processos físicos.**

**IV. Não se aplica ao processo do trabalho o prazo em dobro quando existirem litisconsortes com procuradores distintos, em razão de**

incompatibilidade com a celeridade que lhe é inerente.

Tendo em vista as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017 e de acordo com entendimento sumulado do TST, está correto o que consta APENAS em

- A) I e IV.
- B) I, II e III.
- C) I e III.
- D) II, III e IV.
- E) II e IV.

**33) O trabalhador Hércules convidou uma testemunha para depor em audiência UNA designada na reclamação trabalhista movida em face da empresa Vênus de Millus S/A. No saguão do fórum, após o pregão das partes, o reclamante resolveu não ingressar na sala de audiências da Vara do Trabalho porque a sua testemunha não compareceu e a reclamada tinha trazido três testemunhas. O representante da reclamada, ao verificar que Hércules se evadiu do local, também não ingressou na sala de audiências. Nesse caso, o Juiz**

- A) não deverá arquivar nem aplicar a revelia visto que ausentes ambas as partes, julgando o processo no estado em que se encontra.
- B) deverá redesignar a audiência intimando ambas as partes para comparecimento, sob pena de condução coercitiva e pagamento de multa.
- C) deverá marcar nova audiência para que o trabalhador possa trazer suas testemunhas em razão do devido processo legal.
- D) deverá aplicar a revelia e consequente pena de confissão à reclamada ausente.
- E) deverá arquivar a ação diante da ausência injustificada do reclamante.

**34) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica,**

- A) na fase de cognição, cabe mandado de segurança.
- B) na fase de cognição, cabe recurso ordinário.
- C) na fase de execução, cabem embargos à execução, desde que garantido o juízo.
- D) se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal, cabe agravo interno.
- E) não cabe qualquer recurso, tendo em vista tratar-se de decisão interlocutória, que é irrecorrível de imediato no processo do trabalho.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**35) A separação de poderes, prevista na Constituição Federal de 1988, configura-se como**

- A) fundamento da República.
- B) princípio fundamental.
- C) princípio de regência das relações internacionais.
- D) objetivo fundamental da República.
- E) direitos e garantias individuais e coletivos.

**36) Florêncio, advogado, tem, dentre seus clientes, Florisbal, ex-Prefeito do Município "X" e atual industrial que, estando com todas as condições de elegibilidade atendidas, deseja se candidatar, nas próximas eleições, a Vereador do mesmo Município. Ocorre que, Florisbal procurou Florêncio com a finalidade de propor ação judicial contra Dito, atual Prefeito do Município "X", visando anular ato lesivo ao meio ambiente, dizendo que tem como comprovar que Dito praticou referido ato. Florêncio, então, esclarece, dentre outros fatos, que Florisbal**

- A) poderá propor ação popular ou ação civil pública, não havendo, em ambos os casos, isenção de custas judiciais e do ônus da sucumbência, ainda que esteja de boa-fé.
- B) poderá propor ação popular, ação civil pública ou mandado de segurança, ficando, em todos os casos, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, independentemente de boa-fé.
- C) poderá propor ação civil pública, pois, como candidato a cargo político, é o único legitimado para a propositura dessa ação.
- D) poderá propor ação popular, ficando, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- E) não poderá propor ação popular, pois a legitimidade para a propositura dessa ação é exclusiva do Ministério Público.

**37) Francisca, trabalhadora rural, foi demitida de seu emprego, sem nunca ter recebido remuneração superior à do seu serviço normal, pela realização de serviço extraordinário. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, conforme apenas as informações fornecidas, Francisca, para obter o que lhe é devido e que o empregador se recusa a lhe pagar,**

- A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- B) não terá direito de ajuizar ação, por se tratar de trabalhadora rural.
- C) terá direito de ajuizar ação a qualquer tempo, pois os créditos resultantes das relações de trabalho são imprescritíveis.
- D) não terá direito de ajuizar ação, pois recebeu remuneração pelo serviço extraordinário exercido.
- E) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

**38) Diante do crescimento do consumo de roupas populares importadas pela população local, determinado município decide regulamentar a importação de produtos têxteis da China, por meio de lei. Diante do que estabelece a Constituição Federal, acerca da competência legislativa, lei municipal com essas características seria**

- A) inconstitucional, por tratar de competência privativa dos Estados da Federação.
- B) inconstitucional, por tratar de matéria de competência privativa da União.
- C) constitucional, por tratar de matéria de competência concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D) constitucional, desde que haja lei complementar estadual que autorize o Município a legislar sobre a matéria, de modo a atender a suas peculiaridades.
- E) constitucional, pois compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

**39) Margareth foi nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e, após quatro anos de exercício efetivo desse cargo, foi demitida. Contudo, a sua demissão foi invalidada por sentença judicial. Nesse caso hipotético, Margareth,**

- A) cumpridas as condições para aquisição da estabilidade, será reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. E, no caso de ter sido extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, Margareth não será aproveitada em outro cargo, porém terá direito à indenização.
- B) cumpridas as condições para aquisição da estabilidade, será reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, independentemente de ter estabilidade, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. E, no caso de ter sido extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, Margareth ficará em disponibilidade, sem perceber qualquer remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- C) cumpridas as condições para aquisição da estabilidade, será reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. E, no caso de ter sido extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, Margareth ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- D) por não cumprir o tempo mínimo exigido para aquisição da estabilidade, não poderá ser reintegrada, porém deverá perceber remuneração

proporcional ao tempo de serviço até a sua aposentadoria.

E) por não cumprir o tempo mínimo exigido para aquisição da estabilidade, não poderá ser reintegrada e não terá direito a perceber remuneração proporcional ao tempo de serviço, devendo, contudo, receber indenização do órgão competente.

**40) De acordo com a Constituição Federal, com relação à Justiça do Trabalho.**

- A) em caso de greve, independentemente da possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo; não competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
- B) os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar à pleno acesso do jurisdicionado é justiça em todas as fases do processo.
- C) Os tribunais regionais do trabalho compõem-se de, no mínimo, 11 juizes, dentre brasileiros com mais de 30 anos e menos de 70 anos de idade.
- D) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto aos Tribunais Regionais do Trabalho, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa orçamentária financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro grau não tendo suas decisões efetivo vinculante.
- E) um terço dos membros do Tribunal Superior do Trabalho é formado por advogados com mais de 15 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.

**41) O Conselho Nacional do Ministério Público, dentre outros, é integrado por**

- A) dois advogados, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- B) três membros de Ministério Público de Contas, sendo um indicado pelo Procurador-Geral de Contas e dois pelo Tribunal de Contas da União.
- C) quatro membros do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral da República dentre os integrantes de qualquer das carreiras.
- D) dois juizes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- E) dois desembargadores, um indicado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e outro indicado pelo Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE).

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**42) A Administração Pública é informada por diversos princípios, que são proposições fundamentais, que condicionam todas as estruturas subsequentes. Nesse sentido, os prazos fixados para a Administração possa rever seus próprios atos, bem como a vedação à aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, são expressões da aplicação do princípio da**

- A) Proporcionalidade.
- B) Moralidade.
- C) Tutela.
- D) Autotutela.
- E) Segurança jurídica.

**43) A apreensão de documentos pertencentes à pessoa jurídica, por agentes da Administração Pública durante ação de fiscalização de estabelecimentos em determinado segmento,**

- A) é expressão do princípio da eficiência, que, em razão de expressa previsão constitucional e de seu status hierarquicamente superior, prescinde de fundamento legal para o respectivo exercício.
- B) depende de expressa autorização judicial, diante da natureza cautelar da medida, o que excederia os limites da ação fiscalizatória disciplinar da Administração Pública.
- C) configura exercício do poder disciplinar, que submete não apenas os servidores públicos à autoridade administrativa, mas também os administrados à tutela estatal.
- D) é manifestação do poder normativo da Administração Pública, que pode editar atos normativos originários para fundamentar a adoção de ações e medidas cautelares repressivas em face dos administrados.
- E) configura legítima atuação do poder de polícia administrativa, que não dispensa a observância do contraditório em favor da empresa, admitido, contudo, de forma justificada, o diferimento desse exercício.

**44) Considere que a Administração pública estadual pretenda implementar um processo de reorganização, objetivando aumentar a eficiência na execução de determinadas atividades e prestação de serviços, a partir da especialização, e mediante desconcentração e descentralização. Nesse contexto, afigura-se juridicamente viável, entre outras possíveis alternativas,**

- A) a descentralização dessas atividades com atribuição das mesmas a autarquias, criadas por lei, e empresas públicas, mediante prévia autorização legislativa, sendo apenas as autarquias pessoas jurídicas de direito público.
- B) a desconcentração de atividades mediante a Instituição de entidades dotadas de personalidade jurídica privada, tais como autarquias, mediante prévia autorização legislativa.

C) extinção de órgãos e de cargos vagos, o que pode ser feito independentemente de lei, e transformação de autarquias e empresas públicas, na forma autorizada por lei.

D) Instituição de sociedades de economia mista, o que demanda prévia autorização legislativa, e extinção de autarquias órgãos públicos, que prescinde de lei, podendo ser efetivada por decreto do Chefe do Executivo.

E) criação de fundações e empresas públicas, ambas pessoas jurídicas de direito público, sujeitas aos princípios reitores da Administração.

**45) Um servidor público sofreu punição disciplinar sem que tenha praticado qualquer falta funcional, ou seja, a autoridade responsável aplicou-lhe a penalidade por questões pessoais. Diante do vício de finalidade narrado, tal ato administrativo**

- A) deverá ser anulado, com efeitos ex nunc.
- B) comporta revogação, com efeitos ex nunc.
- C) admite convalidação, com efeitos retroativos.
- D) comporta revogação, com efeitos ex nunc
- E) deverá ser anulado, com efeitos ex tunc.

**46) Suponha-se que, em certo órgão da administração pública federal, a decisão de determinado processo administrativo exija a participação de mais de três órgãos. Nessa situação, sendo justificável pela relevância da matéria, a decisão administrativa poderá ser tomada mediante decisão coordenada, o que**

- A) não excluirá a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
- B) excluirá a responsabilidade originária de cada órgão, se o processo administrativo for licitatório.
- C) não excluirá a responsabilidade originária de cada órgão, se o processo administrativo for relacionado ao poder sancionador.
- D) não excluirá a responsabilidade originária de cada órgão, se o processo administrativo for licitatório.
- E) excluirá a responsabilidade originária de cada órgão, se o processo administrativo sancionador.

**47) João, servidor público civil federal, estava de férias em uma praia paradisíaca, ocasião em que sofreu grave acidente, ensejando a sua aposentadoria por invalidez, após a observância de todas as formalidades legais para tanto. Nada obstante, alguns meses após o evento, uma junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria. João, então, retornou à atividade.**

**Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que João retornou à atividade em razão**

- A) do aproveitamento, modalidade de provimento originário.
- B) da readaptação, modalidade de provimento derivado.

- C) da reintegração, modalidade de provimento derivado.
  - D) da recondução, modalidade de provimento originário.
  - E) da reversão, modalidade de provimento derivado.
- 

**48) Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), no que concerne à participação consorciada nos certames licitatórios,**

- A) para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, não haverá acréscimo sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.
  - B) cada empresa consorciada deve comprovar, isoladamente, os requisitos habilitatórios exigidos no edital.
  - C) é vedada a participação de empresas em consórcio na licitação.
  - D) o edital de licitação não poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas em consórcio.
  - E) a substituição de consorciado independe de ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.
- 

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

**49) A governança tem função**

- A) executora.
  - B) avaliadora.
  - C) concretizadora.
  - D) realizadora.
  - E) direcionadora.
- 

**50) O Balanced Score Card é muito utilizado em todo o mundo, seja no âmbito privado ou público. Um dos motivos de seu sucesso se deve ao fato de que o Balanced Score Card**

- A) apresenta duas dimensões: perspectiva financeira e perspectiva governamental.
  - B) propicia a visão de conjunto dos fatores críticos de sucesso.
  - C) apresenta três dimensões: perspectiva financeira, perspectiva do cliente e perspectiva governamental.
  - D) apresenta quatro dimensões: perspectiva financeira, perspectiva do cliente, perspectiva interna, e perspectiva governamental.
  - E) enfatiza apenas o resultado financeiro final.
- 

**51) A identificação dos gaps de competências existentes em uma organização é feita durante fase de**

- A) formulação da estratégia organizacional.
  - B) avaliação de resultados.
  - C) capacitação por competências.
  - D) mapeamento de competências.
- 

**52) A análise de risco em uma organização deve considerar todos os fatores a seguir, EXCETO:**

- A) Potencial de impacto.
- B) Frequência do risco.

- C) Nível de controle existente.
  - D) Expectativa de lucro.
  - E) Vulnerabilidade da organização.
- 

**53) A gestão do conhecimento é**

- A) a observação e a coleta dos insights obtidos no cotidiano da empresa visando propagá-los como boas práticas.
  - B) a valoração do conhecimento especializado dos processos e das rotinas organizacionais, propagando as práticas de trabalho.
  - C) a substituição da força física pela força mental para gerar valor para a organização por meio do intelecto.
  - D) aplicar ferramentas que processem informações sobre o mercado e possibilitem troca com espaços externos à empresa.
  - E) o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos estratégicos na vida de uma organização.
- 

**54) Dentre os tipos de estoques, de que trata o estoque de segurança?**

- A) Produtos com defeitos que não podem ser vendidos.
  - B) A quantidade máxima de produtos a serem armazenados.
  - C) O excesso de produtos que não foram vendidos.
  - D) Produtos importados para suprir a falta de matéria-prima.
  - E) Uma reserva de produtos para atender a uma demanda imprevista.
-

**DIREITO CIVIL**

**55) O juiz poderá desconsiderar a personalidade de pessoa jurídica de fins econômicos, a requerimento da parte ou do Ministério Público,**

- A) somente quando se verificar a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores ou para a prática de atos ilícitos.
- B) se, cobrada judicialmente, os bens da pessoa jurídica não forem suficientes para o pagamento do credor.
- C) se ocorrer a transferência, entre os sócios e a sociedade, de ativos ou de passivos, sem efetivas contraprestações, salvo se de valor proporcionalmente insignificante.
- D) se houver grupo econômico e uma das sociedades que o integra deixar de cumprir obrigação pecuniária.
- E) quando houver expansão ou alteração da finalidade original da atividade específica da pessoa jurídica.

**56) De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico simulado é**

- A) válido, exceto no caso de dissimulação.
- B) anulável, não sendo suscetível de confirmação.
- C) anulável, mas é suscetível de confirmação.
- D) nulo, não sendo suscetível de confirmação.
- E) nulo, mas é suscetível de confirmação.

**57) O pagamento**

- A) feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que ele não era credor.
- B) deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.
- C) não vale quando cientemente feito ao credor incapaz de quitar, em nenhuma hipótese.
- D) autoriza-se a recebê-lo o portador da quitação, fato que origina presunção absoluta.
- E) feito pelo devedor ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, prejudicado o direito de regresso contra o credor.

**58) Com relação aos contratos de adesão, de acordo com o Código Civil,**

- A) são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- B) quando houver cláusulas ambíguas, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao fornecedor de produtos ou serviços.
- C) são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- D) são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

E) quando houver cláusulas contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao fornecedor de produtos ou serviços.

**59) Acerca do contrato de depósito, considere:**

**I. O depósito de coisas infungíveis regula-se pelo disposto acerca do mútuo.**

**II. É depósito voluntário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque.**

**III. O depósito necessário não se presume gratuito.**

**IV. O depositário não se escusa da responsabilidade nos casos de força maior, comprove-os ou não.**

**V. Os hospedeiros responderão como depositários, assim como pelos furtos e roubos que perpetrarem as pessoas empregadas ou admitidas nos seus estabelecimentos.**

**Está correto o que se afirma APENAS em.**

- A) I e II.
- B) III e V.
- C) II e IV.
- D) I e III.
- E) IV e V.

**60) Lúcio, um homem negro, foi abordado por seguranças de uma rede de Supermercados de Salvador, no interior de estabelecimento comercial, e acusado de subtrair mercadorias que estavam expostas à venda. Lúcio foi conduzido a uma sala reservada, onde foi agredido e exigido o pagamento de certa quantia em dinheiro para ser liberado. Como não teve condições de pagar a quantia exigida, os seguranças o entregaram para terceiros, que o torturaram e mataram. Indignados com a situação, populares procuraram a Defensoria Pública da Bahia para obter informações e para a adoção de providências judiciais cabíveis. Nessas circunstâncias, a orientação dada pela Defensoria Pública deve sustentar que**

- A) a pessoa jurídica tem responsabilidade objetiva pelos danos causados, mas somente os herdeiros de Lúcio é que têm legitimidade para pleitear qualquer reparação por danos materiais ou morais decorrentes de tal situação.
- B) a pessoa jurídica tem responsabilidade objetiva pelos danos causados ao indivíduo e seus familiares, sem prejuízo do cabimento de ação civil pública proposta pela Defensoria Pública para o ressarcimento de danos morais coletivos em razão de racismo estrutural.

C) a responsabilidade recairá exclusivamente sobre as pessoas responsáveis (seguranças e agressores), uma vez afastada a responsabilidade civil da pessoa jurídica em razão da culpa exclusiva de terceiros.

D) somente se pode pleitear da pessoa jurídica a indenização dos danos sofridos caso se tenha comprovada a sua culpa, seja em razão da adoção de protocolos ilegais de operação, seja por dolo ou culpa – como a culpa in eligendo, por exemplo.

E) inexistente qualquer dano a ser indenizado caso realmente se constate que Lúcio tentou subtrair mercadorias da empresa, pois a ilicitude de sua conduta afastaria qualquer responsabilidade da pessoa jurídica.

---

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

# Comentários e Gabaritos



**PORTUGUÊS**

01)

**Avaliar e avaliar-se**

*Avaliar é atribuir algum valor a algo ou a alguém. Nesse sentido, nossa atenção recai em geral sobre o que ou quem está sendo avaliado. Um carro, um modo de vida, um governo, uma empresa, uma pessoa – imediatamente surge logo diante de nós o objeto de uma avaliação, na iminência ou no momento mesmo de ser qualificado. Mas pensa-se pouco no sujeito da avaliação: afinal, quem está avaliando? Não é uma pergunta que costuma se antepor a um processo de avaliação – e no entanto, esta depende, fundamentalmente, dos critérios já assumidos pelo avaliador.*

*De fato, avaliar supõe faixas de mensuração dos valores atribuídos, que podem ir do barato ao caro, do fácil ao difícil, do belo ao feio, do necessário ao supérfluo etc. etc. O valor pode estar num extremo ou outro, ou em algum ponto de uma tábua valorativa onde os traços são flutuantes e problemáticos. Mas essa tábua não age por si mesma, e volta-se à pergunta mais que necessária: quem elegeu, graduou e opera essa tábua?*

*Ainda quando estudantes do ensino médio, foi-nos oferecida por uma professora a oportunidade de nos avaliarmos a nós mesmos. A atribuição obrigatória da nota do trabalho de cada um a cada um estaria reservada. Olhamo-nos, intrigados. À primeira vista, parecia ser aquela uma oportunidade de ouro para todo mundo se dar a nota máxima... Mas, no momento seguinte, sentimos que estávamos sendo convocados para uma tarefa superior, e nada oportunista: a de cada um revelar para si mesmo que tipo de ética havia dentro de si, que valores lhe caberia defender como verdadeiros. A professora nos oferecia, assim, um espelho crítico diante do qual podíamos fazer alguma micagem ou reconhecer e enfrentar a verdade dos nossos limites. Foi uma lição preciosa, nada fácil, aliás, de se sustentar com a honestidade que ela reclama.*

(ALBUQUERQUE, Silvério. **Notas de escola**. Aguardando edição)

**O autor se vale de um recurso de linguagem figurada na seguinte construção:**

- A) pensa-se pouco no sujeito da avaliação (1º parágrafo)
- B) avaliar supõe faixas de mensuração (2º parágrafo)
- C) quando estudantes do ensino médio (3º parágrafo)
- D) foi-nos oferecida por uma professora uma oportunidade (3º parágrafo)
- E) nos oferecia, assim, um espelho crítico (3º parágrafo)

---

**Comentário:**

A questão pede a identificação de um recurso de **linguagem figurada** presente no texto. Como foi destacado anteriormente, a **linguagem conotativa** ou figurada é utilizada para atribuir um sentido subjetivo e criativo às palavras, frequentemente envolvendo metáforas. A **alternativa E** é a correta, pois contém a expressão "espelho crítico", que é uma metáfora.

Na expressão "nos oferecia, assim, um espelho crítico", o autor utiliza uma metáfora para representar a autorreflexão. O **espelho** não é literal, mas sim uma figura de linguagem que sugere que os alunos estavam sendo levados a se olhar de maneira crítica, avaliando seus próprios limites e valores. O "espelho" permite uma autoanálise, algo subjetivo e introspectivo, caracterizando o uso de linguagem conotativa.

Analisemos por que as outras alternativas estão incorretas:

**A) Errada**

Não há linguagem figurada aqui, pois a frase está sendo usada de forma literal para destacar que, em geral, as pessoas não refletem sobre quem está avaliando.

**B) Errada**

Aqui, a frase também está no sentido literal. "Faixas de mensuração" se referem às formas ou critérios usados para avaliar algo, sem uso de figuras de linguagem.

**C) Errada**

Esta frase é literal e descritiva, apenas referindo-se a um período da vida dos estudantes. Não há uso de linguagem figurada.

#### **D) Errada**

Esta expressão também é literal, descrevendo uma situação em que a professora ofereceu uma chance aos alunos.

Portanto, a **alternativa E** é a única que contém uma metáfora, utilizando o "espelho crítico" de maneira figurada para indicar autorreflexão e introspecção, tornando-a a resposta correta.

**Gabarito:** Letra E.

---

#### **02) [Em torno dos sonhos]**

A palavra *sonho*, do latim **somnium**, significa muitas coisas diferentes, todas vivenciadas durante a vigília, e não durante o sono. Realizei o “sonho da minha vida”, “meu sonho de consumo” são expressões usadas cotidianamente pelas pessoas para dizer que pretendem ou conseguiram alcançar algo. Por que será que o sonho, fenômeno normalmente noturno que tanto pode evocar o prazer quanto o medo, é justamente a palavra usada para designar tudo aquilo a que se aspira?

O repertório publicitário contemporâneo não tem dúvida de que o sonho é a força motriz de nossos comportamentos, a motivação íntima de nossa ação exterior. Num anúncio de cartão de crédito, a promessa milagrosa: “Realizamos todos os seus sonhos”. Em outro anúncio de cartão de crédito, uma foto enorme de um casal sorridente, velejando num mar caribenho em dia ensolarado, está sobre a frase “Aonde os seus sonhos o levarão?” Deduz-se do anúncio de que os sonhos são como veleiros, capazes de levar-nos a lugares idílicos, perfeitos, altamente... desejáveis. As equações “sonho é igual a desejo que é igual a dinheiro” têm como variável oculta a liberdade de ir, ser e principalmente ter, liberdade que até os mais miseráveis podem experimentar no sonho noturno, mas que no sonho diurno é privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão de plástico.

No seu famoso discurso “I have a dream” (“eu tenho um sonho”), o reverendo Martin Luther King colocou no centro do debate político norte-americano a necessidade de justiça e integração racial. Num país construído por escravos africanos, seus descendentes eram obrigados a construir o “sonho americano”, mas proibido de fruí-lo. Prêmio Nobel da paz em 1964, o dr. King foi assassinado a tiros quatro anos depois. Morreu o reverendo lutador, mas não o sonho, que vicejou e progressivamente abriu espaço para a diminuição da desigualdade racial no país. Força poderosa a dos sonhos, que continua a requerer explicação.

(Adaptado de: RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite. A história e a ciência do sonho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p, 19-20)

#### **Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:**

- A) tanto pode evocar o prazer quanto o medo (1º parágrafo) = provoca uma satisfação, análoga a um receio.
- B) força motriz de nossos comportamentos (2º parágrafo) = enérgico diletantismo dos nossos hábitos.
- C) têm como variável oculta (2º parágrafo) = presumem como dissimulada razão.
- D) é privilégio apenas dos detentores (2º parágrafo) = constitui-se somente daquilo que os detém.
- E) vicejou e progressivamente abriu espaço (3º parágrafo) = fez germinar e gradualmente ampliou-se.

---

#### **Comentário:**

A questão pede que se encontre a alternativa em que o **exemplo** seja equivalente ao **sentido** dentro do contexto fornecido. Para isso, é importante identificar as expressões que mantêm o mesmo significado em ambas as construções. A **alternativa E** é a correta, pois as expressões "vicejou e progressivamente abriu espaço" e "fez germinar e gradualmente ampliou-se" são equivalentes.

#### **Analisando a alternativa E:**

- "Vicejou" significa prosperar, crescer vigorosamente, assim como "fez germinar" implica o início de um crescimento ou florescimento.
- "Progressivamente abriu espaço" indica um processo gradual de expansão, o que é semelhante a "gradualmente ampliou-se".

Essa alternativa capta adequadamente a ideia de algo que começou a crescer (germinar/vicejar) e, aos poucos, foi se expandindo (abrir espaço/ampliar-se), mantendo a mesma essência e sentido.

Por que as outras alternativas estão incorretas?

**A) Errada**

A palavra "análoga" implica uma relação de semelhança, enquanto a frase original refere-se a dois sentimentos distintos e opostos, prazer e medo. Não há uma equivalência clara entre "satisfação" e "receio".

**B) Errada**

"Força motriz" indica algo que impulsiona, que motiva as ações, enquanto "diletantismo" refere-se a uma dedicação superficial, muitas vezes associada ao amadorismo. As expressões são completamente diferentes em significado.

**C) Errada**

"Variável oculta" significa algo que está presente, mas não é visível ou explícito, enquanto "dissimular" implica esconder de forma deliberada. Há uma diferença sutil entre o que é simplesmente oculto e o que é propositalmente escondido, o que altera o sentido.

**D) Errada**

Essa construção altera completamente o sentido original. "É privilégio dos detentores" refere-se ao fato de que apenas os que possuem algo têm acesso a certo benefício, enquanto a segunda expressão fala de algo que é formado por aquilo que "detém", sem a ideia de privilégio.

Portanto, a **alternativa E** traduz corretamente o sentido do segmento original, utilizando termos equivalentes e mantendo o significado essencial.

**Gabarito:** Letra E.

---

**03)** Quando me separei, deixei a beira-mar e voltei a morar num topo de ladeira, quase no mesmo endereço que dividi anos atrás com a minha primeira mulher. Ela ainda mora naquele prédio de pasfilhas, quatro abaixo do meu, e já deve ter me visto passar sob a sua janela. Talvez pense que ensaio uma reconciliação, embora esfieja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas\*, sobretudo nos dias em que sento para escrever e me sinto amarrado, com a vista saturada de letras. Desço à rua sempre que as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso. Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos. Mais adiante já não vejo mais que cores, arestas, vultos, halos, e ideias solias me vêm à cabeça, esta boa, esta má, e toca a subir e descer a ladeira debaixo de sol ou chuva, pensando alto, discutindo comigo mesmo, com aqueles tiques e gestos falhos de que fala o poeta, aquelas caretas que fazem os porteiros abanar a cabeça: aê, o esquisitão voltou.

(Adaptado de: BUARQUE, Chico. **Essa gente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, edição eletrônica)

\* **peripatético: que é exagerado na expressão e nos gestos.**

**Desço à rua sempre que as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso.**

**No contexto em que se encontra, o pronome "si" sublinhado acima**

- A) indica indeterminação do sujeito.
- B) realça o sentido reflexivo.
- C) reflete o sujeito da oração.
- D) expressa mudança de estado.
- E) indica reciprocidade.

**Comentário:**

O pronome "si" no trecho "as letras endurecem no papel, comprimidas entre si como as pequenas pedras em preto e branco do calçamento que piso" está sendo usado com o sentido de reciprocidade. Isso ocorre porque o

pronome pode ser substituído por “umas às outras”, indicando que as letras estão comprimidas de maneira que interagem entre elas, como se pressionassem umas às outras, de forma semelhante às pedras do calçamento.

Assim, a alternativa correta é a **E**, pois o pronome “si” expressa uma ideia de **reciprocidade** entre as letras.

**Gabarito:** Letra E.

---

**04) \* peripatético: que é exagerado na expressão e nos gestos.**

**As vírgulas separam termos de uma enumeração no seguinte segmento:**

- A) embora esteja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas, sobretudo nos dias em que sento para escrever e me sinto amarrado, com a vista saturada de letras
  - B) Ela ainda mora naquele prédio de pastilhas, quatro abaixo do meu, e já deve ter me visto passar sob a sua janela
  - C) Quando me separei, deixei a beira-mar e voltei a morar num topo de ladeira, quase no mesmo endereço
  - D) Pouco a pouco meus olhos se deixam levar por um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos
  - E) discutindo comigo mesmo, com aqueles tiques e gestos falhos de que fala o poeta
- 

**Comentário:**

A questão pede que se identifique o trecho em que as vírgulas estão sendo usadas para separar termos de uma **enumeração**. A **alternativa D** é a correta, pois nela os elementos separados por vírgulas ("um automóvel, uma saia, uma folha, uma lagartixa, umas crianças de escola, passarinhos") formam uma lista de itens que são percebidos pelo narrador ao longo de sua caminhada.

Essa sequência de objetos e seres observados segue uma estrutura típica de enumeração, onde cada item é separado por vírgula, formando uma lista clara de elementos.

**Por que as outras alternativas estão incorretas?**

- A)** Não há uma enumeração, mas sim uma construção em que os termos são complementares e explicativos, sem formar uma lista de itens.
- B)** Embora haja vírgulas, elas não estão separando itens de uma enumeração, mas sim isolando informações adicionais sobre a localização do prédio.
- C)** A vírgula é usada para separar adjuntos e informações adicionais, mas não forma uma enumeração.
- E)** A vírgula separa orações e expressões, mas não há enumeração de elementos.

Portanto, a **alternativa D** é a que corretamente indica a separação de termos em uma enumeração.

**Gabarito:** Letra D.

---

**05) No trecho, o narrador relata que sua atitude, durante a caminhada,**

- A) provoca a inveja de outros escritores
  - B) desperta o ciúme da ex-mulher.
  - C) intriga os alunos de uma escola do bairro.
  - D) incomoda os moradores do prédio em que mora.
  - E) causa estranheza a pessoas que o veem passar.
- 

**Comentário:**

No trecho, o narrador descreve suas caminhadas como uma forma de liberar as ideias quando se sente bloqueado na escrita. Ele menciona que, durante esses passeios, sua atitude de andar pela rua, falar alto consigo mesmo, e fazer caretas provoca reações de estranheza nas pessoas ao seu redor, especialmente nos porteiros. No final do trecho, o narrador diz que os porteiros o veem como "o esquisitão", o que sugere que eles estranham seus comportamentos.

Portanto, a **alternativa correta é a letra E**, que afirma que a atitude do narrador "**causa estranheza a pessoas que o veem passar**", como os porteiros mencionados no final do texto.

As demais alternativas estão incorretas porque:

- **A)** Não há menção de outros escritores ou inveja no trecho.
- **B)** Não há indicação de ciúme por parte da ex-mulher.
- **C)** Não há menção de alunos da escola sendo intrigados pelo comportamento do narrador.
- **D)** Embora os porteiros notem o comportamento do narrador, não há menção de que os moradores do prédio se sintam incomodados.

Assim, a **alternativa E** reflete corretamente o que o narrador relata no trecho sobre as reações ao seu comportamento.

**Gabarito:** Letra E.

---

**06) Talvez pense que ensaio uma reconciliação, embora esteja cansada de saber que sou adepto de caminhadas peripatéticas No contexto em que se encontra, o elemento sublinhado expressa ideia de**

- A) concessão.
- B) causa.
- C) consequência.
- D) condição.
- E) comparação.

**Comentário:**

A questão apresentada aborda o uso da conjunção "embora" no contexto da frase. Como explicado, a conjunção "embora" introduz uma ideia de concessão, ou seja, algo que contraria a expectativa do que foi apresentado anteriormente, mas ainda assim ocorre.

No exemplo dado, o narrador menciona a possibilidade de sua ex-esposa pensar que ele está tentando uma reconciliação, "embora" ela saiba que ele é adepto de caminhadas peripatéticas. Isso cria uma quebra de expectativa: apesar de ela estar ciente do comportamento do narrador, o fato de vê-lo passando sob sua janela poderia sugerir algo contrário.

Portanto, a palavra "embora" introduz uma ideia concessiva, indicando que, apesar de um fato conhecido ou **esperado, a ação ocorre de maneira inesperada ou contrária. A alternativa correta é A: concessão.**

**Gabarito:** Letra A.

---

**07) A emissão de gases de efeito estufa é o principal motivo que torna o clima na Terra progressivamente mais quente a partir de meados do século x 1x. Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, a temperatura média do planeta subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C). No plano local, o estilo de vida urbano adotado atualmente pela maior parte da população global potencializa ainda mais o calor de fundo criado pelas mudanças climáticas. Desde 2007, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), mais pessoas vivem em cidades do que no campo, um padrão de habitação e ocupação do solo provavelmente inédito na história da humanidade. Hoje, mais de 55% dos & bilhões de habitantes do planeta moram em centros urbanos. Em muitos países, esse percentual é bem maior e, no Brasil, chega a 88%.**

*Com menos áreas verdes, mais concreto e asfalto e ocupação geralmente desordenada do solo, as cidades são mais abafadas do que as áreas rurais. Dentro do meio urbano, as zonas com menos árvores e vegetação são ainda mais quentes e formam bolsões de clima abafado. Esse efeito é denominado ilha de calor urbana. Até poucos anos atrás, ele era mais sentido e estudado em grandes cidades, com milhões de habitantes, como São Paulo, Rio de Janeiro ou qualquer outra grande metrópole. Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.*

(PIVETTA, Marcos. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>)

**Do início da Segunda Revolução Industrial até hoje, a temperatura média do planeta subiu cerca de 1,1 grau Celsius (°C).**

**O elemento que exerce, no contexto em que se encontra, a mesma função sintática que o sublinhado na frase acima está também sublinhado em:**

- A) um padrão de habitação e ocupação do solo provavelmente inédito na história da humanidade.
- B) Hoje, as ilhas de calor se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.

- C) A emissão de gases de efeito estufa é o principal motivo que toma o clima na Terra progressivamente mais quente a partir de meados do século XIX.
- D) No plano local, o estilo de vida urbano adotado atualmente pela maior parte da população global! potencializa ainda mais o calor de fundo criado pelas mudanças climáticas.
- E) Com menos áreas verdes, mais concreto e asfalto e ocupação geralmente desordenada do solo, as cidades são mais abafadas.

---

**Comentário:**

A questão exige que se identifique a função sintática do termo sublinhado "a temperatura média do planeta" e que se encontre um termo equivalente em outra frase.

Na oração apresentada, "a temperatura média do planeta" desempenha a função de sujeito, sendo a entidade sobre a qual algo é afirmado: ela subiu cerca de 1,1 grau Celsius. O sujeito é a palavra ou conjunto de palavras que indica quem ou o que realiza a ação ou sobre o que se fala na frase.

Entre as alternativas, a única que apresenta um termo sublinhado com a mesma função de sujeito é a **Alternativa B**: *Hoje, **as ilhas de calor** se manifestam em cidades de qualquer tamanho, das menores às maiores.*

Aqui, "as ilhas de calor" também está desempenhando a função de sujeito, pois se refere ao que está ocorrendo (manifestando-se) nas cidades.

As outras alternativas apresentam complementos ou termos que não exercem a mesma função de sujeito da oração.

Portanto, a resposta correta é **Alternativa B**.

**Gabarito:** Letra B.

---

**08)** *[A mulher] trouxe uma fotografia em preto e branco: Yagub e minha mãe juntos, numa canoa, em frente da palafita, o Bar da Margem, Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz. Depois falou que morava muito longe, em São Paulo, fazia anos que não visitava a cidade. A mulher quis puxar conversa, mas Yaquhb quase não falou, sua alegria foi se apagando, o rosto ficou sério. Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem. Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que nunca ia se esquecer do dia em que saiu de Manaus e foi para o Libano. Tinha sido horrível. "Fui obrigado a me separar de todos, de tudo... não queria."*

*A dor dele parecia mais forte que a emoção do reencontro com o mundo da infância. Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante, onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros. A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida. Eu via o rosto sério de Yaqub, e imaginei o que teria lhe acontecido durante o tempo em que viveu numa aldeia do sul do Libano. Talvez nada, talvez nenhuma torpeza ou agressão tivesse sido tão violenta quanto a brusca separação de Yaqub do seu mundo. Seu entusiasmo para redescobrir certas pessoas, paisagens, cheiros e sabores era logo sufocado pela lembrança dessa ruptura.*

(Adaptado de: HATOUM, Milton. Dois irmãos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, edição eletrônica)

**O verbo sublinhado que expressa uma ação contínua está em:**

- A) Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante.
- B) A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida.
- C) Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem.
- D) Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz.
- E) A mulher quis puxar conversa, mas Yaqub quase não falou,

---

**Comentário:**

A questão pede a identificação de um verbo que expressa uma ação contínua, e para isso, devemos focar nos tempos verbais que indicam uma ação em andamento, típica do pretérito imperfeito.

A resposta correta é a alternativa **B**: *"A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida."*

## **GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

Aqui, o verbo "escurecia" está no pretérito imperfeito, que indica uma ação que estava acontecendo de forma contínua no passado, sem uma conclusão definida. O verbo "aumentava" também segue essa ideia, reforçando o conceito de continuidade.

Vamos agora analisar as demais alternativas:

- **A:** "Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante." – Tanto "molhou" quanto "pediu" estão no pretérito perfeito, indicando ações concluídas no passado, sem ideia de continuidade.
- **C:** "Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu: talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem." – Os verbos "despediu-se", "ofereceu" e "agradeceu" também estão no pretérito perfeito, indicando ações pontuais e concluídas no passado.
- **D:** "Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz." – Os verbos "olhou" e "procurou" estão no pretérito perfeito. Já "fora" está no pretérito mais-que-perfeito, que indica uma ação anterior a outra ação passada, não expressando continuidade.
- **E:** "A mulher quis puxar conversa, mas Yaqub quase não falou." – "Quis" e "falou" estão no pretérito perfeito, também indicando ações concluídas.

Portanto, o verbo que melhor representa uma ação contínua no passado é "**escurecia**", da alternativa **B**.

**Gabarito:** Letra B.

---

### **09) Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que [...] (1º parágrafo)**

**Considerada no contexto, a oração reduzida de gerúndio sublinhada acima, se for desenvolvida, assumirá a seguinte redação:**

- A) até que remasse para o pequeno porto
- B) porque remava para O pequeno porto
- C) desde que remasse para o pequeno porto
- D) enquanto remava para O pequeno porto
- E) quando remara para O pequeno porto

**Comentário:**

A frase "Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que [...]" contém uma oração reduzida de gerúndio, que transmite a ideia de uma ação contínua ou simultânea. Para transformá-la em uma oração desenvolvida, é necessário conjugar o verbo e introduzir uma conjunção adequada ao contexto.

Neste caso, a ação de "remar" ocorre ao mesmo tempo em que ele fala algo, portanto, a conjunção que faz mais sentido é "enquanto", que expressa simultaneidade. Assim, a oração desenvolvida seria: "enquanto remava para o pequeno porto".

Portanto, a alternativa correta é: **Alternativa D: enquanto remava para o pequeno porto.**

A transformação correta de uma oração reduzida de gerúndio em uma oração desenvolvida deve levar em consideração a simultaneidade entre as ações, como indicado na frase original. O uso de "enquanto" preserva essa simultaneidade, deixando claro que as duas ações ocorrem ao mesmo tempo.

**Gabarito:** Letra D.

---

### **10) Seu entusiasmo [...] era logo sufocado pela lembrança dessa rupiura.**

**Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal resultante será:**

- A) sufocava.
- B) sufocou.
- C) havia sufocado.
- D) sufocaram.
- E) tinham sufocado.

**Comentário:**

Nesta questão, o objetivo é transpor a frase da voz passiva para a voz ativa, mantendo o mesmo tempo verbal.

## **GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

A frase original, "Seu entusiasmo [...] era logo sufocado pela lembrança dessa ruptura", está na voz passiva e utiliza o verbo "era" no pretérito imperfeito do indicativo, acompanhado pelo particípio "sufocado".

Ao passarmos para a voz ativa, devemos manter o tempo verbal no pretérito imperfeito do indicativo, assim como o verbo auxiliar. Na frase ativa, o sujeito da ação (a "lembrança") passa a ocupar a posição de sujeito da oração. Portanto, a frase resultante será: "A lembrança dessa ruptura logo sufocava seu entusiasmo."

A alternativa correta é **A: sufocava**, pois mantém o tempo e o modo verbal correspondentes à frase original, que é o pretérito imperfeito do indicativo. As demais opções, como "sufocou" (pretérito perfeito) e "havia sufocado" (pretérito mais-que-perfeito), alteram o tempo verbal e, portanto, não são adequadas.

**Gabarito:** Letra A.

---

### **11) O emprego da vírgula antes de uma conjunção se justifica porque assinala que há duas orações com sujeitos diferentes no seguinte trecho:**

- A) Eu via o rosto sério de Yaqub, e imaginei o que teria lhe acontecido.
- B) Fui obrigado a me separar de todos, de tudo.
- C) Yaqub e minha mãe juntos, numa canoa.
- D) Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar da margem em que algum dia fora feliz.
- E) A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava

**Comentário:**

A questão trata do uso da vírgula antes de uma conjunção, neste caso, a conjunção "e". A regra mencionada diz que a vírgula antes de uma conjunção aditiva como "e" é permitida quando há mudança de sujeito entre as orações. Vamos analisar cada alternativa de acordo com essa regra.

**A: Errada**

Aqui, há mudança de sujeito entre "Eu via" (primeira oração) e "imaginei" (segunda oração), ambos com o sujeito oculto "eu". Como os sujeitos são os mesmos, a vírgula está incorreta de acordo com a regra apresentada.

**B: Errada**

Não há conjunção aqui, apenas a sequência de ideias separadas por vírgula. Não se aplica à regra discutida.

**C: Errada**

Esta frase não apresenta orações com sujeitos distintos. Também não há conjunção "e" ligando duas orações.

**D: Errada**

Aqui, os sujeitos são os mesmos: "ele". Não há necessidade de vírgula antes do "e", pois a regra mencionada trata de sujeitos diferentes.

**E: Correta**

Nesta frase, os sujeitos são diferentes: "A floresta" na primeira oração e "o clarão" na segunda. Portanto, a vírgula está corretamente empregada para separar duas orações com sujeitos distintos.

**Conclusão:** A alternativa **E** é a correta, pois justifica o uso da vírgula antes da conjunção "e" devido à mudança de sujeito entre as orações.

**Gabarito:** Letra E.

---

### **12) Do ponto de vista do narrador, causou uma "ruptura" na vida do personagem Yaqub**

- A) a volta para Manaus.
- B) a ida para o Líbano.
- C) a descoberta de uma foto antiga.
- D) o reencontro com Domingas.
- E) a estadia em São Paulo.

**Comentário:**



No trecho fornecido, o narrador reflete sobre o impacto que a separação de Yaqub de seu mundo teve em sua vida. A "ruptura" mencionada está associada à experiência dolorosa que Yaqub viveu ao sair de Manaus e ir para o Líbano, o que fica claro quando ele diz que "foi obrigado a se separar de todos, de tudo" e que essa experiência "tinha sido horrível". Essa separação forçada de seu ambiente e de seu círculo afetivo foi o evento marcante que causou a ruptura emocional em Yaqub.

Portanto, a alternativa correta é: **B) a ida para o Líbano.**

**Gabarito:** Letra B.

---

**13)**

### **Males de nossas sociedades**

*A enfermidade do Ocidente, mais do que social ou econômica, é moral. É verdade que os problemas econômicos são graves e não foram resolvidos. Também é certo que, apesar da abundância, a pobreza não desapareceu. Vastos grupos — as mulheres, as minorias raciais, religiosas e linguísticas - seguem sendo ou sentindo-se excluídos.*

*Porém, a verdadeira e mais profunda discórdia está na alma de cada um. O futuro se tornou a região do horror, e o presente se converteu num deserto. As sociedades liberais giram incansavelmente: não avançam, se repetem. Se mudam, não se transfiguram. O hedonismo do Ocidente é a outra face do seu desespero; o seu ceticismo não é uma sabedoria, e sim uma renúncia; o seu niilismo desemboca no suicídio e em formas degradadas de credulidade, como os fanatismos políticos e as quimeras da magia.*

*O lugar vazio deixado pelo cristianismo nas almas modernas não foi ocupado pela filosofia, mas pelas superstições e interesses mais grosseiros. Nosso erotismo é uma técnica, não mais uma arte ou uma paixão. O hedonismo contemporâneo desconhece a temperança: trata-se de um recurso de angustiados e desesperados, uma expressão do niilismo que corrói implacavelmente o Ocidente.*

(Adaptado de PAZ, Octavio, 1978. Apud GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 141)

#### **A pontuação está inteiramente adequada na frase:**

- A) Se, de um lado, há minorias raciais perseguidas, de outro há os religiosos Injustiçados, discriminados por suas opções de fé.
- B) O que o cristianismo deixou de nos lagar, foi uma fé de fato estribada, nos valores civilizacionais.
- C) Em nossos dias, o erotismo mesmo, deixou de ser movido pela paixão, tornando-se acima de tudo, uma mera técnica.
- D) Se de um lado, o hedonismo, se vale dos prazeres mais imediatos, de outro, o niilismo, acaba por negar quaisquer alegrias.
- E) Está na alma de cada um, a discórdia moral, razão da enfermidade do Ocidente, que impede a realização das criaturas.

---

#### **Comentário:**

Na análise da questão, devemos observar os critérios de pontuação, especialmente no uso da vírgula e da estrutura das frases. Vamos analisar cada alternativa e justificar a correção ou inadequação das vírgulas.

#### **Alternativa A:** Correta.

As vírgulas são adequadas para separar as orações com sujeitos diferentes. A vírgula após "de outro" está ausente, mas pode ser considerada uma vírgula vicária, substituindo o termo "lado", o que justificaria a sua inclusão, embora não seja obrigatória. Portanto, a pontuação aqui está aceitável.

#### **Alternativa B:** Errada

A vírgula entre "largar" e "foi" está inadequada, pois não há uma justificativa gramatical para essa separação. Além disso, a vírgula antes de "nos valores civilizacionais" também é indevida, pois separa indevidamente o complemento do verbo.

**Alternativa C:** Errada

A vírgula entre "mesmo" e "deixou" está incorreta, pois não há necessidade de separar esses termos. A vírgula após "tudo" também é inadequada, pois "uma mera técnica" é parte do complemento da oração.

**Alternativa D:** Errada

Esta alternativa apresenta uso excessivo de vírgulas, separando o sujeito do verbo ("o hedonismo" e "se vale"), o que é incorreto. Além disso, a vírgula após "de outro" está correta, mas a estrutura geral da frase está comprometida pela pontuação inadequada

**Alternativa E:** Errada

A vírgula entre "um" e "a discórdia moral" está incorreta, pois separa o sujeito do predicado. A frase ficaria melhor sem essa vírgula, já que a pontuação não é necessária aqui.

**Conclusão:** A **alternativa A** é a que apresenta a pontuação mais adequada, justificando o uso das vírgulas corretamente.

**Gabarito:** Letra A.

---

**14) Atente para as seguintes orações:**

**I. Há um lugar vazio dentro de nós.**

**II. Nosso vazio íntimo nos traz angústia.**

**III. Nossa angústia deriva do nosso niilismo.**

**Essas três orações articulam-se de modo coeso e coerente neste período único:**

- A) o vazio dentro de nós é o lugar íntimo do niilismo que redundando em nossa angústia.
  - B) Ainda que haja um vazio angustiante dentro de nós, de nosso íntimo nasce nosso niilismo.
  - C) A angústia nossa, de que deriva nosso niilismo, é um lugar vazio dentro de nós.
  - D) A angústia de que deriva nosso vazio íntimo ocupa o lugar do nosso niilismo.
  - E) Provém do nosso niilismo a angústia que nos traz o nosso vazio íntimo.
- 

**Comentário:**

A alternativa correta é a **letra E**, e vamos entender o motivo disso.

Ao analisar as três orações:

Percebe-se que elas estabelecem uma relação lógica entre o **niilismo** (uma crença no vazio e na falta de sentido), a **angústia** e o **vazio íntimo**. A angústia nasce do niilismo, e o vazio íntimo é um reflexo dessa angústia.

A **alternativa E** expressa essa relação corretamente: o niilismo é a origem da angústia, que, por sua vez, gera o vazio íntimo. A construção "provém do nosso niilismo a angústia que nos traz o nosso vazio íntimo" respeita essa sequência de causa e efeito entre os elementos das orações. Portanto, essa formulação está em consonância com o conteúdo das três orações originais, articulando-as de forma coesa e coerente.

**Gabarito:** Letra E.

---

**RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**

**15) A produção de 864 veículos de uma fábrica foi planejada de forma que os números de veículos brancos e de veículos cinza produzidos fossem, respectivamente, o triplo e o quádruplo do número de veículos pretos produzidos. O número de veículos pretos produzidos deve ser**

- A) 96
- B) 105
- C) 121
- D) 130
- E) 136

**Comentário:**

Para resolver o problema, vamos definir  $x$  como o número de veículos pretos produzidos.

Dados:

O número de veículos brancos é o triplo do número de veículos pretos:  $3x$

O número de veículos cinza é o quádruplo do número de veículos pretos:  $5x$ .

A soma total dos veículos produzidos é 864, então podemos escrever a equação:

$$X + 3x + 5x = 864$$

Simplificando a equação:

$$9x = 864$$

Dividindo ambos os lados por 9:

$$X = 864/9$$

$$X = 96$$

**Gabarito:** Letra A.

**16) Maria, Ivo e Pedro escolheram, para cada um, dois sabores diferentes de sorvete. As seis escolhas foram: Ameixa, Açaí, Baunilha, Chocolate, Creme e Menta. Um dos rapazes foi o único dentre os três que escolheu dois sabores cujos nomes começam com a mesma letra; Maria escolheu Ameixa, mas não escolheu Menta. Ivo escolheu Chocolate como um dos sabores. Pode-se afirmar corretamente que**

- A) Pedro escolheu Baunilha.
- B) Ivo escolheu Açaí.
- C) Maria escolheu Creme.
- D) Pedro escolheu Menta.
- E) Maria escolheu Açaí.

**Comentário:**

- Maria escolheu Ameixa, mas não escolheu Menta.
- Ivo escolheu Chocolate como um dos sabores.
- Um dos rapazes escolheu dois sabores cujos nomes começam com a mesma letra.

Primeiro, consideramos a possibilidade de Ivo ser o único que escolheu dois sabores com a mesma letra inicial:

- Se Ivo escolheu Chocolate, ele também escolheu Creme.

Portanto, Ivo escolheu:

- Ivo: Chocolate e Creme.

Agora, para Maria:

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

- Maria escolheu Ameixa e um sabor que não é Menta. Com Ivo escolhendo Chocolate e Creme, Maria pode escolher Ameixa e qualquer outro sabor diferente de Menta, Chocolate e Creme.
- As opções restantes para Maria são Baunilha e Açai.
- Maria: Ameixa e Açai (já que não pode escolher Creme ou Menta).

Restam dois sabores para Pedro:

- Baunilha e Menta.
- Pedro: Baunilha e Menta.

Vamos confirmar:

- Maria: Ameixa e Açai.
- Ivo: Chocolate e Creme.
- Pedro: Baunilha e Menta.

Isso satisfaz todas as condições:

- Um dos rapazes (Ivo) escolheu dois sabores com a mesma letra (Chocolate e Creme).
- Maria não escolheu Menta.
- Pedro escolheu Baunilha e Menta.

Portanto, a afirmação correta é:

D) Pedro escolheu Menta.

**Gabarito:** Letra D.

---

**17) Em um determinado prédio, uma equipe de pintores pinta um apartamento em 4 dias e outra, em 6 dias. Supondo que as equipes consigam trabalhar em conjunto, mantendo o mesmo ritmo, o número de dias que elas precisam para pintar 10 apartamentos é**

- A) 24.
  - B) 22.
  - C) 25.
  - D) 23.
  - E) 26.
- 

**Comentário:**

Equipe 1 =  $\frac{1}{4}$  apartamento por dia

Equipe 2 =  $\frac{1}{6}$  apartamento por dia

Trabalhando juntas, as duas equipes têm uma eficiência somada de:

$$E_t = \frac{1}{4} + \frac{1}{6} = \frac{3+2}{12} = \frac{5}{12}$$

Se as equipes pintam  $\frac{5}{12}$  de um apartamento por dia, o tempo necessário para pintar 1 apartamento será o inverso dessa fração:

$$\text{Tempo para 1 apartamento} = \frac{12}{5} = 2,4 \text{ dias}$$

$$\text{Tempo para 10 apartamentos} = 10 \times 2,4 = 24 \text{ dias}$$

**Gabarito:** Letra A.

---

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

**18) Após fazer login na sua conta do Google Workspace configurada para usar o idioma português, um Advogado clicou na opção Drive, para acessar sua pasta no Google Drive. Na pasta, para visualizar informações sobre o arquivo, como quem pode acessar, o tipo do arquivo, o tamanho, o proprietário, quando foi criado, aberto ou modificado, deve**

- A) selecionar o arquivo e pressionar a tecla F1 sobre ele.
- B) clicar no ícone da engrenagem (Configurações) e na opção Informações sobre o documento.
- C) clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo e selecionar a opção Sobre.
- D) clicar no ícone com a imagem de um ponto de interrogação, à direita do nome do documento.
- E) clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo, selecionar a opção Informações sobre o arquivo e a opção Detalhes.

**Comentário:**

A questão se refere ao procedimento para visualizar detalhes sobre um arquivo no Google Drive, dentro do Google Workspace, utilizando a versão em português do sistema. O advogado precisa acessar informações como quem pode visualizar o arquivo, tipo do arquivo, tamanho, proprietário, além de datas de criação, última abertura ou modificação.

Vamos analisar as opções:

**Letra A - Errada**

A tecla **F1** é geralmente usada para acessar a ajuda do sistema, não para exibir informações sobre arquivos.

**Letra B - Errada**

O ícone de engrenagem é utilizado para acessar as **configurações gerais** do Google Drive, e não para visualizar informações detalhadas sobre arquivos específicos.

**Letra C - Errada**

Não existe uma opção chamada "Sobre" no menu de contexto do Google Drive ao clicar com o botão direito do mouse em um arquivo.

**Letra D - Errada**

O ícone de ponto de interrogação é usado para acessar a central de ajuda, e não para visualizar detalhes de arquivos.

**Letra E - Correta**

Ao clicar com o **botão direito do mouse** sobre o arquivo, o menu de contexto oferece a opção **Informações sobre o arquivo**, que permite acessar os **Detalhes** do arquivo, incluindo dados sobre permissões de acesso, tipo, tamanho, proprietário, e datas relevantes. Essa é a forma correta de visualizar as informações sobre o arquivo no Google Drive.

**Gabarito:** Letra E.

**19) Após fazer login na sua conta Google, um Advogado clicou na opção Google Apps e na opção Meet para criar uma videoconferência. Em seguida, clicou no botão Nova Reunião e, no menu que apareceu, encontrou, disponíveis para escolha, as opções: Criar uma reunião para depois, Iniciar uma reunião instantânea e**

- A) Agendar no Google Agenda.
- B) Cancelar uma reunião.
- C) Editar uma reunião existente.
- D) Participar de uma reunião agendada.
- E) Agendar uma reunião via Gmail.

**Comentário:**

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

A questão descreve o procedimento para **criar uma videoconferência** utilizando o **Google Meet** após fazer login na conta do Google. O advogado acessa a opção **Meet** e encontra as opções oferecidas ao clicar em "Nova Reunião".

**Letra A - Correta**

Ao clicar em "Nova Reunião" no Google Meet, o usuário pode escolher a opção de **agendar uma reunião no Google Agenda**, que permite marcar a reunião para uma data e hora futura, gerando um link que pode ser compartilhado com os participantes.

**Letra B - Errada**

Essa opção não aparece no menu de criação de nova reunião no Google Meet. Para cancelar uma reunião, o usuário teria que acessar o Google Agenda ou a própria reunião agendada.

**Letra C - Errada**

Embora editar reuniões seja possível pelo Google Agenda, essa opção não está disponível no menu de criação de novas reuniões no Meet.

**Letra D - Errada**

Participar de uma reunião é uma ação diferente e não faz parte das opções do menu "Nova Reunião".

**Letra E - Errada**

Agendar uma reunião diretamente pelo Gmail não é uma opção que aparece no menu do Google Meet ao clicar em "Nova Reunião."

**Gabarito:** Letra A.

---

**20) A partir da Caixa de entrada do Gmail, para definir que as respostas aos e-mails não sejam agrupadas em conversas, exibindo cada e-mail de resposta separadamente da conversa inicial, um Técnico deve**

- A) clicar em Contas e importação e selecionar a opção Visualização de conversas desativado.
- B) clicar em Painel de Controle e selecionar a opção Exibir mensagens individuais.
- C) clicar na guia Marcadores e selecionar a opção Mostrar e-mails agrupados.
- D) acessar a guia Configurações rápidas e desmarcar a opção Visualização de conversas.
- E) acessar a guia Painel de visualização e desmarcar a opção Marcadores.

**Comentário:**

No Gmail, para desativar o agrupamento de e-mails em conversas, você precisa acessar a guia **Configurações rápidas** e desmarcar a opção **Visualização de conversas**. Isso permitirá que cada e-mail de resposta seja exibido separadamente, em vez de agrupado em uma única conversa.

**Gabarito:** Letra D.

---

**DIREITO DO TRABALHO**

**21) Mévio e a sua empregadora Restaurante Peixe na Telha pactuaram em acordo individual sistema de compensação de horas extras em banco de horas. Para a licitude deste acordo, conforme o que normatiza a Consolidação das Leis do Trabalho, o mesmo deve ter previsão de compensação de horas em até**

A) doze meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da rescisão.

B) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da prestação das horas extras.

C) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da rescisão.

D) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio não fará jus às horas extras não compensadas.

E) doze meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da prestação das horas extras, sem direito ao adicional.

**Comentário:**

A resolução da questão exige conhecimento sobre o Art. 59º da CLT, mais especificamente dos parágrafos terceiro e quinto.

Del. 5.452/43. Art. 59º. A duração diária do trabalho **poderá ser acrescida** de horas extras, em número **não excedente de duas**, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

§ 3º Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma dos §§ 2º e 5º deste artigo, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na **data da rescisão**.

§ 5º O **banco de horas** de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por **acordo individual escrito**, desde que a compensação ocorra no período **máximo de seis meses**.

**Letra A - Incorreta.**

O equívoco reside na alegação de que o banco de horas deve ser compensado ao longo de 12 meses.

Del. 5.452/43. Art. 59º. § 5º O **banco de horas** de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por **acordo individual escrito**, desde que a compensação ocorra no período **máximo de seis meses**.

**Letra B - Incorreta.**

O erro consiste em afirmar que, em caso de rescisão sem a completa compensação, Mévio terá direito às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data em que as horas extras foram realizadas.

Del. 5.452/43. Art. 59º. § 3º Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma dos §§ 2º e 5º deste artigo, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na **data da rescisão**.

**Letra C - Correta.**

Del. 5.452/43. Art. 59º. § 3º Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma dos §§ 2º e 5º deste artigo, **o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas**, calculadas sobre o valor da remuneração na **data da rescisão**.

**Letra D - Incorreta.**

A alternativa erra ao afirmar que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio não fará jus às horas extras não compensadas.

**Letra E - Incorreta.**

Mesmo equívoco do item A. Vido parágrafo quinto do Art. 59º da CLT.

**Gabarito:** Letra C.

**22) O escritório de contabilidade “No Azul”, buscando a redução de custos em infraestrutura, resolveu colocar 40% de seus funcionários em teletrabalho, com possibilidade de revogação, caso a experiência não se mostrasse bem-sucedida. Diante do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho,**

A) em razão de sua precariedade, não se faz necessário constar a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho do instrumento de contrato individual de trabalho.

B) mesmo na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato, o empregador sempre será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, por caber a ele o risco do negócio.

C) o comparecimento, de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.

D) o empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.

E) é vedada a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.

---

**Comentário:**

**Letra A - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar **expressamente** do instrumento de contrato individual de trabalho.

**Letra B - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar **expressamente** do instrumento de contrato individual de trabalho.

(...)

§ 3º O empregador **não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial**, na hipótese do **empregado optar** pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto **fora da localidade prevista** no contrato, **salvo** disposição em contrário estipulada entre as partes. **(Lei 14.442/22)**

**Letra C - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 75-B. Considera-se **teletrabalho ou trabalho remoto** a prestação de serviços **fora das dependências do empregador**, de maneira preponderante ou não, com a utilização de **tecnologias de informação e de comunicação**, que, por sua natureza, **não se configure como trabalho externo**.

§ 1º O comparecimento, ainda que de modo habitual, **às dependências do empregador** para a realização de atividades específicas, que exijam a presença do empregado no estabelecimento, **não descaracteriza** o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.

**Letra D - Correta.**

Del. 5.452/43. Art. 75-B. Considera-se **teletrabalho ou trabalho remoto** a prestação de serviços **fora das dependências do empregador**, de maneira preponderante ou não, com a utilização de **tecnologias de informação e de comunicação**, que, por sua natureza, **não se configure como trabalho externo**.

§ 2º O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto **poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa**.

**Letra E - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 75-B. Considera-se **teletrabalho ou trabalho remoto** a prestação de serviços **fora das dependências do empregador**, de maneira preponderante ou não, com a utilização de **tecnologias de informação e de comunicação**, que, por sua natureza, **não se configure como trabalho externo**.

§ 6º **Fica permitida** a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para **estagiários e aprendizes**.

---

**Gabarito:** Letra D.



**23) A empresa Festaria Eventos Ltda, celebrou, por escrito, contratos de trabalho intermitente com 10 empregados. Uma vez celebrados os contratos,**

A) havendo serviço a ser prestado, o empregador, por qualquer meio de comunicação eficaz, convocará o empregado para essa prestação, com pelo menos 5 dias de antecedência, devendo ainda informar qual será a jornada de trabalho que será cumprida.

B) a não resposta do empregado à convocação no prazo de até 2 dias úteis, permanecendo em silêncio, tem efeito de recusa da oferta o que, no entanto, não descaracteriza a subordinação para fins contratuais.

C) o empregador deverá pagar mensalmente aos 10 empregados férias proporcionais com acréscimo de um terço e décimo terceiro proporcional.

D) aceita a oferta para comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir a obrigação assumida, sem justo motivo, pagará à outra, de imediata, multa de 50% da remuneração qual seria devida.

E) os empregados têm direito ao valor da hora de trabalho não inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele recebido pelos demais empregados que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

**Comentário:**

**Letra A - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 452-A. O **contrato de trabalho intermitente** deve ser celebrado por **escrito** e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em **contrato intermitente ou não**.

§ 1º. O empregador **convocará**, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, **pelo menos, três dias corridos** de antecedência.

**Letra B - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 452-A. O **contrato de trabalho intermitente** deve ser celebrado por **escrito** e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em **contrato intermitente ou não**.

§ 2º. Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de **um dia útil** para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.

**Letra C - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 452-A. O **contrato de trabalho intermitente** deve ser celebrado por **escrito** e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em **contrato intermitente ou não**.

(...)

§ 6º. Ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o **pagamento imediato** das seguintes parcelas:

I - remuneração;

II - férias proporcionais com **acréscimo de um terço**;

III - décimo terceiro salário **proporcional**;

IV - repouso semanal remunerado; e

V - adicionais legais.

**Letra D - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 452-A. O **contrato de trabalho intermitente** deve ser celebrado por **escrito** e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em **contrato intermitente ou não**.

(...)

## **GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

§ 4º. Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a **parte que descumprir, sem justo motivo, pagará** à outra parte, no prazo de **trinta dias**, multa de **50%** da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.

### **Letra E - Correta.**

Del. 5.452/43. Art. 452-A. O **contrato de trabalho intermitente** deve ser celebrado por **escrito** e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em **contrato intermitente ou não**.

**Gabarito:** Letra E.

---

**24) Com fundamento no princípio constitucional da não discriminação salarial e na garantia constitucional da isonomia, o legislador assegura a todo trabalho de igual valor o pagamento de salário igual. Nesse sentido, de acordo com a lei e a jurisprudência pacificada do TST,**

A) quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, exclui as hipóteses de equiparação salarial e de reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.

B) decorrendo a diferença salarial de hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, será assegurado ao empregado discriminado o direito ao pagamento das diferenças salariais devidas, além do direito de ação de indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto.

C) em caso de cessão de empregados entre órgãos governamentais, tendo em vista as diferenças de carreiras existentes e as previsões orçamentárias de cada um deles, o empregado cedido não tem direito à equiparação salarial.

D) a equiparação salarial é possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função e, em caso de pretensão de diferenças salariais em relação a paradigma remoto, incide a prescrição parcial, salvo se este tiver obtido a vantagem em ação judicial própria, caso em que inexistente direito à equiparação.

E) para que se reconheça o direito à equiparação salarial, empregado e paradigma, ainda que trabalhem em estabelecimentos empresariais distintos, devem exercer idêntica função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm ou não a mesma denominação.

---

**Comentário:**

### **Letra A - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá **igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade**.

(...)

§ 2º. Os dispositivos deste artigo **não prevalecerão** quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de **norma interna** da empresa ou de **negociação coletiva**, plano de cargos e salários, **dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público**.

### **Letra B - Correta.**

Del. 5.452/43. Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá **igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade**.

(...)

§ 6º Na hipótese de **discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade**, o pagamento das diferenças salariais devidas ao empregado discriminado **não afasta seu direito de ação de indenização** por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto.

### **Letra C - Incorreta.**

TST/Súmula-6:

“

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT.

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

V - A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante. (ex-Súmula nº 111 - RA 102/1980, DJ 25.09.1980).

**Letra D - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá **igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade**.

(...)

§ 5º. A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

**Letra E - Incorreta.**

Del. 5.452/43. Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá **igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade**.

**Gabarito:** Letra B.

**25) O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a**

- A) exclusividade.
- B) ausência de onerosidade.
- C) subordinação jurídica.
- D) boa-fé contratual objetiva.
- E) autonomia privada coletiva.

**Comentário:**

Relação de Emprego - Elementos Caracterizadores	
<b>Alteridade</b>	Os salários devem ser pagos ao empregado, <b>independentemente</b> da empresa ter auferido lucros ou prejuízos, uma vez que <u>os riscos da atividade econômica pertencem única e exclusivamente ao empregador</u> .
<b>Onerosidade</b>	Caracteriza-se pelo <b>ajuste da troca de trabalho por salário</b> . O que importa não é o quantum a ser pago, mas, sim, <u>o pacto, a promessa de prestação de serviço de um lado e a promessa de pagamento do salário de outro lado</u> , e o fato de o empregador deixar de pagar o salário <b>não afasta</b> a existência de onerosidade.  A onerosidade do contrato é definida tanto pelo aspecto:  - <b>Objetivo:</b> consiste no <u>pagamento efetuado</u> pelo empregador em virtude do serviço realizado;  - <b>Subjetivo:</b> consiste na <u>intenção (vontade ou animus contrahendi)</u> do empregado em obter contraprestação econômica em face do serviço prestado.
<b>Habitualidade (Não eventualidade)</b>	O empregado é um trabalhador <u>não eventual</u> , que presta <b>continuamente</b> seus serviços. Deve haver <b>habitualidade</b> na prestação laboral, já que o contrato de trabalho é de prestação sucessiva, que não se exaure em uma única prestação.
<b>Pessoalidade</b>	O empregado é um trabalhador que <b>presta pessoalmente os serviços</b> ao empregador. O contrato de trabalho é ajustado em função de determinada pessoa, razão porque é considerado <b>intuitu personae</b> . Assim, o empregador tem o direito de contar com a execução dos serviços por <b>determinada e específica pessoa</b> e não por outra qualquer.
<b>Subordinação</b>	<b>A subordinação jurídica</b> está entre os <u>elementos essenciais da relação empregatícia</u> e consiste em situação imposta ao empregado como decorrência do <u>poder de direção do empregador</u> que assume os riscos da atividade econômica.  Para a caracterização da subordinação jurídica, elemento essencial para a configuração do contrato de trabalho, <u>não é obrigatório o estabelecimento de</u>

	<p>horários pré-determinados e a sua fiscalização, importando apenas a possibilidade do empregador <b>intervir</b> nas atividades do empregado.</p> <p>A subordinação é jurídica, <b>não sendo</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>* Dependência Econômica ou pessoal;</li><li>* De natureza técnica ou social;</li><li>* Objetiva</li></ul> <p>O elemento que <u>distingue a relação de emprego das relações afins</u> é a subordinação jurídica.</p>
--	---

**Gabarito:** Letra C.

**26) O artigo 8º. da Consolidação das Leis do Trabalho elenca algumas fontes subsidiárias ou supletivas do Direito do trabalho, NÃO se incluindo**

- A) direito comparado.
- B) jurisprudência.
- C) analogia.
- D) usos e costumes.
- E) convenção coletiva de trabalho.

**Comentário:**

CLT. Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, **na falta de disposições legais ou contratuais**, decidirão, conforme o caso, pela **jurisprudência**, por **analogia**, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os **usos e costumes, o direito comparado**, mas sempre de maneira que **nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público**.

**Gabarito:** Letra E.

**27) Entre os direitos fundamentais assegurados aos trabalhadores pela Constituição Federal se inclui**

- A) participação na gestão da empresa e, excepcionalmente, nos lucros e resultados.
- B) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a 75% à do normal.
- C) proibição de trabalho a menores de 18 anos, salvo na condição de menor aprendiz.
- D) proibição às mulheres de trabalho insalubre, perigoso ou atividades penosas.
- E) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XI – **participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração**, e, **excepcionalmente, participação na gestão da empresa**, conforme definido em lei;

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVI - remuneração do **serviço extraordinário superior**, no mínimo, **em cinquenta por cento** à do normal;

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - **proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito** e de **qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo** na condição de **aprendiz**, a partir de **quatorze anos**;

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - **proibição** de **trabalho noturno, perigoso ou insalubre** a **menores de dezoito** e de **qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo** na condição de **aprendiz**, a partir de **quatorze anos**;

Letra E: Correta.

CF/88. Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIV - **igualdade** de direitos entre o trabalhador com **vínculo empregatício permanente** e o **trabalhador avulso**.

**Gabarito:** Letra E.

---

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**28) Cícero propôs ação trabalhista em face do seu ex-empregador, o Banco Poupe Aqui, perante a Vara do Trabalho da localidade em que reside, diante da facilidade e para ter o pleno acesso à Justiça. O réu pretende arguir exceção de incompetência territorial. Nessa situação, com base no que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, deverá fazê-lo**

A) no prazo para a juntada de contestação, em peça apartada.

B) por escrito, ou ainda de forma oral, em audiência.

C) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência.

D) como matéria preliminar de defesa, dentro de 10 dias após a notificação.

E) apenas por escrito, em audiência, onde o juiz dará a palavra à parte contrária e decidirá em 48 horas.

**Comentário:**

Sobre exceção de incompetência territorial o Art. 800º define que:

CLT. Art. 800º. Apresentada **exceção de incompetência territorial** no prazo de **5 dias** a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.

**Letra A - Incorreta.**

De acordo com o Art. 800º, o prazo é de 5 dias.

**Letra B - Incorreta.**

Está incorreta ao afirmar que a exceção de incompetência territorial deve ser apresentada por escrito ou de maneira oral em audiência.

**Letra C - Correta**

A alternativa vai de encontro com o apresentado no Art. 800º.

**Letra D - Incorreta.**

De acordo com o Art. 800º, o prazo é de 5 dias.

**Letra E - Incorreta.**

Não há nenhuma obrigatoriedade da apresentação ser apenas por escrito.

**Gabarito:** Letra C.

**29) A Teoria Geral do Processo conceitua a nulidade como sendo uma sanção pela qual a lei priva um ato jurídico dos seus efeitos normais, quando em sua execução não são observadas as formas ou requisitos para ele prescritas. Entretanto, diante da informalidade do processo do trabalho, em relação às nulidades é correto que**

A) só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

B) as partes litigantes podem arguir as nulidades a qualquer momento processual, cabendo-lhes a escolha do momento processual que entendam oportuno.

C) a nulidade será declarada mesmo que for possível suprir-lhe a falta ou repetir o ato, uma vez que o ato já foi realizado e se consolidou.

D) a nulidade deverá ser pronunciada ainda que tenha sido arguida pela parte litigante que lhe originou ou lhe deu causa.

E) o juiz que pronunciar a nulidade não precisa declarar os atos a que ela se estende porque a nulidade de um ato prejudica os atos anteriores a este.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

CLT. Art. 794 - Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho **só haverá nulidade** quando resultar dos atos inquinados manifesto **prejuízo às partes litigantes**.

**Princípio da Pas de Nullité Sans Grief**

Não haverá nulidade sem que ocorra prejuízo às partes.

Letra B: Errada.

**Princípio da Convalidação ou Preclusão**

Não ocorrendo a arguição da nulidade, no momento oportuno, os atos inválidos serão considerados válidos, ou seja, serão convalidados, desta forma, a parte que acabou sendo prejudicada não terá como arguir o ato em outra oportunidade.

CLT. Art. 795 - As nulidades não serão declaradas senão **mediante provocação das partes**, as quais **deverão argui-las à primeira vez** em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.

Letra C: Errada.

CLT. Art. 796 - A nulidade **não será pronunciada**:

a) quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;

**Princípio da Renovação dos Atos Processuais Viciados**

A nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

Letra D: Errada.

CLT. Art. 796 - A nulidade **não será pronunciada**:

b) quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

**Princípio do Interesse**

A nulidade do processo não poderá ser aplicada **quando arguida pela parte que deu causa**, não sendo possível a pessoa obter vantagem.

Letra E: Errada.

CLT. Art. 797 - O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade **declarará os atos a que ela se estende. (Princípio da Economia Processual)**.

**Gabarito:** Letra A.

**30) A exceção de incompetência territorial deverá ser apresentada pelo reclamado em Processo do Trabalho**

- A) no prazo de 5 dias antes da audiência, mas sempre em peça apartada à defesa.
- B) juntamente com a defesa, em audiência, podendo inclusive ser feita de forma verbal, em respeito ao princípio da oralidade.
- C) no prazo de 10 dias a contar da notificação, em peça autônoma onde se fundamente a existência da exceção.
- D) juntamente com a defesa, em audiência, devendo ser sempre escrita e em peça apartada.
- E) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência da exceção.

**Comentário:**

CLT. Art. 800. Apresentada **exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção**, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.

**Exceção de Incompetência Territorial**

- \* **Prazo** para apresentação: **5 dias** a contar da notificação, antes da audiência;
- \* **Suspende** o processo;
- \* Audiência será realizada **apenas depois de decidida a exceção**;

- \* Autos **imediatamente** conclusos ao juiz;
- \* Reclamante terá um prazo comum de **5 dias** para se manifestar;
- \* Produção de prova oral, se for necessário;
- \* Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo retomará seu curso.

**Gabarito:** Letra E.

**31) No início da audiência designada em reclamatória trabalhista, por não ter convidado nenhuma testemunha e prevendo o seu insucesso, o autor Hércules provocou um incidente tumultuário ameaçando o Juiz auxiliar da Vara de Lucas do Rio Verde e declarando, em público, que era inimigo pessoal do magistrado. Em razão do ocorrido, o patrono do autor apresentou no ato exceção de suspeição do referido Juiz, postulando o adiamento da audiência, para que não fosse configurada nulidade processual. Nessa situação, conforme disposição legal, o magistrado deve**

- A) rejeitar a exceção, visto que a exceção de suspeição e a nulidade não serão pronunciadas quando o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a nulidade for arguida por quem lhe deu causa.
- B) acolher a exceção e se declarar suspeito apenas para o julgamento, prosseguindo a audiência, colhendo o depoimento das partes e a oitiva das testemunhas presentes da reclamada e remetendo o julgamento para o Juiz titular da Vara.
- C) adiar a audiência acolhendo a suspeição, mesmo que o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a alegada nulidade tenha sido arguida por quem lhe deu causa.
- D) prosseguir a audiência por não haver previsão legal tanto para a alegada exceção de suspeição do Juiz, bem como quanto à arguição por quem deu causa da nulidade.
- E) adiar a audiência para que haja instrução da suspeição designando nova audiência em 05 dias para que o Juiz Titular da Vara aprecie a admissibilidade da exceção e, após, remeta ao Tribunal para julgá-la.

**Comentário:**

CLT. Art. 796 - A nulidade **não será pronunciada:**

- b) quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

CLT. Art. 801 - Parágrafo único - Se o recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo. A suspeição não será também admitida, se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que, depois de conhecida, aceitou o juiz recusado ou, finalmente, se procurou de propósito o motivo de que ela se originou.

**Gabarito:** Letra A.

**32) Quanto aos prazos processuais, considere:**

**I. Os prazos são contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, somente para os processos judiciais eletrônicos.**

**II. No processo judicial eletrônico, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico, sendo que os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.**

**III. Os prazos são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada, somente para os processos físicos.**

**IV. Não se aplica ao processo do trabalho o prazo em dobro quando existirem litisconsortes com procuradores distintos, em razão de incompatibilidade com a celeridade que lhe é inerente.**

**Tendo em vista as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017 e de acordo com entendimento sumulado do TST, está correto o que consta APENAS em**

- A) I e IV.
- B) I, II e III.
- C) I e III.
- D) II, III e IV.



**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

E) II e IV.

**Comentário:**

Item I: Errado.

CLT. Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em **dias úteis**, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

Item II: Correto.

Lei 11.419/2005. Art 4º § 3º. - Considera-se como data da publicação o **1º dia útil seguinte** ao da disponibilização da informação no diário da justiça eletrônico.

Item III: Errado.

CLT. Art. 775. § 1º. Os prazos **podem ser prorrogados**, pelo tempo estritamente necessário, nas seguintes hipóteses:

I - quando o juízo entender necessário;

II - em virtude de força maior, devidamente comprovada.

Item IV: Correto.

OJ 310/SDI1
<b>Inaplicável</b> ao processo do trabalho a norma contida no art. 229, caput e §§ 1º e 2º, do CPC de 2015 (art. 191 do CPC de 1973), em razão de <b>incompatibilidade com a celeridade</b> que lhe é inerente.
<b>Não se aplica ao processo do trabalho</b> a regra processual segundo a qual os litisconsortes que tiverem <u>diferentes procuradores de escritórios de advocacia distintos</u> terão prazos contados em <b>dobro</b> para todas as suas manifestações.
Art. 229, NCPC. Os litisconsortes que tiverem <u>diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos</u> , terão <b>prazos contados em dobro</b> para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
§ 1º. Cessa a contagem do prazo em dobro se, havendo apenas 2 (dois) réus, é oferecida defesa por apenas um deles.
§ 2º. Não se aplica o disposto no caput aos processos em autos eletrônicos.

**Gabarito:** Letra E.

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

33) O trabalhador Hércules convidou uma testemunha para depor em audiência UNA designada na reclamação trabalhista movida em face da empresa Vênus de Millus S/A. No saguão do fórum, após o pregão das partes, o reclamante resolveu não ingressar na sala de audiências da Vara do Trabalho porque a sua testemunha não compareceu e a reclamada tinha trazido três testemunhas. O representante da reclamada, ao verificar que Hércules se evadiu do local, também não ingressou na sala de audiências. Nesse caso, o Juiz

- A) não deverá arquivar nem aplicar a revelia visto que ausentes ambas as partes, julgando o processo no estado em que se encontra.
- B) deverá redesignar a audiência intimando ambas as partes para comparecimento, sob pena de condução coercitiva e pagamento de multa.
- C) deverá marcar nova audiência para que o trabalhador possa trazer suas testemunhas em razão do devido processo legal.
- D) deverá aplicar a revelia e consequente pena de confissão à reclamada ausente.
- E) deverá arquivar a ação diante da ausência injustificada do reclamante.

**Comentário:**

CLT. Art. 844 - O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

Ausência em Audiência	
Inaugural	<b>Reclamante:</b> Arquivamento + Pagamento das custas e despesas, <b>exceto motivo legalmente justificável (Em 15 dias)</b> . <b>Reclamado:</b> Revelia + Confissão. <b>De ambos:</b> Arquivamento.
De Instrução	<b>Reclamante:</b> Confissão. <b>Reclamado:</b> Confissão. <b>De ambos:</b> Confissão, julgando o juiz com o que tem de fato..

**Gabarito:** Letra E.

34) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica,

- A) na fase de cognição, cabe mandado de segurança.
- B) na fase de cognição, cabe recurso ordinário.
- C) na fase de execução, cabem embargos à execução, desde que garantido o juízo.
- D) se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal, cabe agravo interno.
- E) não cabe qualquer recurso, tendo em vista tratar-se de decisão interlocutória, que é irrecorrível de imediato no processo do trabalho.

**Comentário:**

CLT. Art. 855-A. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º. Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente:

Recurso – Incidente de Desconsideração da PJ	
Fase	Recurso
Cognição	Não cabe recurso de imediato;
Execução	Cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo;
Incidente Originário no Tribunal	Cabe agravo interno.

**Gabarito:** Letra D.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**35) A separação de poderes, prevista na Constituição Federal de 1988, configura-se como**

- A) fundamento da República.
- B) princípio fundamental.
- C) princípio de regência das relações internacionais.
- D) objetivo fundamental da República.
- E) direitos e garantias individuais e coletivos.

**Comentário:**

CF/88

TÍTULO I - Dos Princípios Fundamentais

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

**Gabarito:** Letra B.

**36) Florêncio, advogado, tem, dentre seus clientes, Florisbal, ex-Prefeito do Município "X" e atual industrial que, estando com todas as condições de elegibilidade atendidas, deseja se candidatar, nas próximas eleições, a Vereador do mesmo Município. Ocorre que, Florisbal procurou Florêncio com a finalidade de propor ação judicial contra Dito, atual Prefeito do Município "X", visando anular ato lesivo ao meio ambiente, dizendo que tem como comprovar que Dito praticou referido ato. Florêncio, então, esclarece, dentre outros fatos, que Florisbal**

- A) poderá propor ação popular ou ação civil pública, não havendo, em ambos os casos, isenção de custas judiciais e do ônus da sucumbência, ainda que esteja de boa-fé.
- B) poderá propor ação popular, ação civil pública ou mandado de segurança, ficando, em todos os casos, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, independentemente de boa-fé.
- C) poderá propor ação civil pública, pois, como candidato a cargo político, é o único legitimado para a propositura dessa ação.
- D) poderá propor ação popular, ficando, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- E) não poderá propor ação popular, pois a legitimidade para a propositura dessa ação é exclusiva do Ministério Público.

**Comentário:**

CF/88

Art. 5º LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor **ação popular** que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, **salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;**

**Gabarito:** Letra D.

**37) Francisca, trabalhadora rural, foi demitida de seu emprego, sem nunca ter recebido remuneração superior à do seu serviço normal, pela realização de serviço extraordinário. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, conforme apenas as informações fornecidas, Francisca, para obter o que lhe é devido e que o empregador se recusa a lhe pagar,**

- A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- B) não terá direito de ajuizar ação, por se tratar de trabalhadora rural.
- C) terá direito de ajuizar ação a qualquer tempo, pois os créditos resultantes das relações de trabalho são imprescritíveis.
- D) não terá direito de ajuizar ação, pois recebeu remuneração pelo serviço extraordinário exercido.
- E) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

**Comentário:**

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

CF/88

Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXIX – **ação**, quanto aos **créditos resultantes das relações de trabalho**, com **prazo prescricional de 5 anos** para os trabalhadores urbanos e rurais, **até o limite de 2 anos após a extinção do contrato de trabalho**;

Ou seja, você, ao finalizar o vínculo empregatício, terá até 02 anos para propor uma ação e essa ação poderá "buscar" seus direitos de, no máximo, 05 anos atrás.

**Gabarito:** Letra A.

---

**38) Diante do crescimento do consumo de roupas populares importadas pela população local, determinado município decide regulamentar a importação de produtos têxteis da China, por meio de lei. Diante do que estabelece a Constituição Federal, acerca da competência legislativa, lei municipal com essas características seria**

A) inconstitucional, por tratar de competência privativa dos Estados da Federação.

B) inconstitucional, por tratar de matéria de competência privativa da União.

C) constitucional, por tratar de matéria de competência concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

D) constitucional, desde que haja lei complementar estadual que autorize o Município a legislar sobre a matéria, de modo a atender a suas peculiaridades.

E) constitucional, pois compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

**Comentário:**

CF/88

Art. 22. Compete **privativamente à União legislar** sobre:

VIII - **comércio exterior e interestadual**;

**Gabarito:** Letra B.

---

**39) Margareth foi nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e, após quatro anos de exercício efetivo desse cargo, foi demitida. Contudo, a sua demissão foi invalidada por sentença judicial. Nesse caso hipotético, Margareth,**

A) cumpridas as condições para aquisição da estabilidade, será reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. E, no caso de ter sido extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, Margareth não será aproveitada em outro cargo, porém terá direito à indenização.

B) cumpridas as condições para aquisição da estabilidade, será reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, independentemente de ter estabilidade, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. E, no caso de ter sido extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, Margareth ficará em disponibilidade, sem perceber qualquer remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

C) cumpridas as condições para aquisição da estabilidade, será reintegrada, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. E, no caso de ter sido extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, Margareth ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

D) por não cumprir o tempo mínimo exigido para aquisição da estabilidade, não poderá ser reintegrada, porém deverá perceber remuneração proporcional ao tempo de serviço até a sua aposentadoria.

E) por não cumprir o tempo mínimo exigido para aquisição da estabilidade, não poderá ser reintegrada e não terá direito a perceber remuneração proporcional ao tempo de serviço, devendo, contudo, receber indenização do órgão competente.

**Comentário:**

CF/88

Art. 41 § 2º Invalorada por **sentença judicial a demissão** do servidor **estável**, será ele **reintegrado**, e o **eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido** ao cargo de origem, **sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo** ou **posto em disponibilidade** com **remuneração proporcional** ao tempo de serviço.

**Gabarito:** Letra C.

---

**40) De acordo com a Constituição Federal, com relação à Justiça do Trabalho.**

A) em caso de greve, independentemente da possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo; não competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

B) os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

C) Os tribunais regionais do trabalho compõem-se de, no mínimo, 11 juízes, dentre brasileiros com mais de 30 anos e menos de 70 anos de idade.

D) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto aos Tribunais Regionais do Trabalho, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa orçamentária financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro grau não tendo suas decisões efetivo vinculante.

E) um terço dos membros do Tribunal Superior do Trabalho é formado por advogados com mais de 15 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.

**Comentário:**

---

CF/88

**Letra A – Errada**

Art. 114. § 3º Em caso de **greve** em atividade **essencial**, com possibilidade de **lesão do interesse público**, o **Ministério Público do Trabalho** poderá ajuizar **dissídio coletivo**, **competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito**.

**Letra B – Correta**

Art. 115 § 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho **poderão** funcionar **descentralizadamente**, constituindo **Câmaras regionais**, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

**Letra C – Errada**

Art. 115. Os **Tribunais Regionais do Trabalho** compõem-se de, **no mínimo, sete juízes**, recrutados, quando possível, na respectiva região, e **nomeados** pelo **Presidente da República** dentre brasileiros com **mais de 30 e menos de 70 anos**

**Letra D – Errada**

Art. 111-A II o **Conselho Superior da Justiça do Trabalho**, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a **supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial** da Justiça do Trabalho de **primeiro e segundo** graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

**Letra E – Errada**

Art. 111-A I – **1/5** dentre **advogados** com **mais de 10 anos** de efetiva atividade profissional e **membros do Ministério Público do Trabalho** com **mais de 10 anos** de efetivo exercício...

**Gabarito:** Letra B.

---

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

**41) O Conselho Nacional do Ministério Público, dentre outros, é integrado por**

- A) dois advogados, Indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- B) três membros de Ministério Público de Contas, sendo um indicado pelo Procurador-Geral de Contas e dois pelo Tribunal de Contas da União.
- C) quatro membros do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral da República dentre os integrantes de qualquer das carreiras.
- D) dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- E) dois desembargadores, um indicado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e outro indicado pelo Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE).

---

**Comentário:**

CF/88

Art. 130-A. O **Conselho Nacional do Ministério Público** compõe-se de **14 membros** nomeados pelo **Presidente da República**, depois de aprovada a escolha pela **maioria absoluta do Senado Federal**, para um mandato de **dois anos**, admitida uma recondução, sendo:

IV **2 juízes**, indicados um pelo **Supremo Tribunal Federal** e outro pelo **Superior Tribunal de Justiça**;

**Gabarito:** Letra D.

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

42) A Administração Pública é informada por diversos princípios, que são proposições fundamentais, que condicionam todas as estruturas subsequentes. Nesse sentido, os prazos fixados para a Administração possa rever seus próprios atos, bem como a vedação à aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, são expressões da aplicação do princípio da

- A) Proporcionalidade.
- B) Moralidade.
- C) Tutela.
- D) Autotutela.
- E) Segurança jurídica.

**Comentário:**

A questão deixa a entender que está falando sobre dois princípios (Autotutela e Segurança jurídica). No entanto, a banca considerou a letra E como correta.

<b>Princípio da Autotutela</b>
- Estabelece que a Administração pública possa <b>corrigir seus próprios atos</b> , podendo <b>anulá-los</b> quando <b>ilegais</b> ou <b>revogá-los</b> por serem <b>inconvenientes ou inoportunos (Mérito)</b> .
- Esse princípio estabelece que a administração possua poder de <b>zelar pelos bens que integram seu próprio patrimônio</b> ;
- O princípio da <b>autotutela</b> estabelece que a Administração Pública possa <b>de ofício, anular seus próprios atos, independente de provocação</b> . Porém, o <b>controle da Administração não afasta o controle do Poder Judiciário em relação à legalidade</b> .
<b>OBS: O Poder Judiciário, mediante provocação, poderá anular um ato ilegal de outro poder, porém não poderá revogar um ato válido, ou seja, o judiciário não pode analisar o mérito administrativo de outro poder, mas apenas a legalidade e legitimidade.</b>
<b>STF/Súmula 346</b>
A Administração Pública pode declarar a <b>nulidade dos seus próprios atos</b> .
<b>STF/Súmula 473</b>
A administração pode <b>anular seus próprios atos</b> , quando eivados de <b>vícios</b> que os tornam <b>ilegais</b> , porque deles <b>não se originam direitos</b> ; ou <b>revogá-los</b> , por motivo de <b>conveniência ou oportunidade</b> , respeitados os <b>direitos adquiridos</b> , e <b>ressalvada</b> , em todos os casos, a <b>apreciação judicial</b> .
- Lei 9.784/99, Art. 53. A <b>Administração</b> deve <b>anular seus próprios atos</b> , quando eivados de <b>vício de legalidade</b> , e pode <b>revogá-los</b> por motivo de <b>conveniência ou oportunidade</b> , <b>respeitados os direitos adquiridos</b> .

<b>Princípio da Segurança Jurídica</b>
- Tem por finalidade manter a <b>estabilidade das relações jurídicas materializadas</b> .
- Para o <b>princípio da Segurança Jurídica</b> , a <b>manutenção da ilegalidade de um ato é melhor do que a sua anulação</b> após desse ato ter <b>gerado seus efeitos durante vários anos</b> , pois o <b>efeito</b> da sua anulação seria <b>pior do que a sua ilegalidade</b> .
- Estabelece a <b>proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada</b> , sendo um dos <b>fundamentos da prescrição e decadência</b> ;
- É a <b>base para a edição de súmulas vinculantes</b> ;
- CF/88, Art. 103-A, § 1º A <b>súmula</b> terá por objetivo a <b>validade, a interpretação e a eficácia</b> de normas determinadas, acerca das quais haja <b>controvérsia atual</b> entre <b>órgãos judiciários</b> ou <b>entre esses e a administração pública</b> que acarrete <b>grave insegurança jurídica</b> e <b>relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica</b> .
- Possui <b>previsão expressa na lei 9.784/99</b> ;
- Lei 9.784/99, Art. 2º, XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, <b>vedada aplicação retroativa de nova interpretação</b> .

<b>Princípio da Proteção à Confiança</b>
- Enquanto o <b>princípio da segurança jurídica</b> possui aspectos <b>objetivos</b> , através da <b>defesa da estabilidade jurídica</b> , o princípio da <b>Proteção à Confiança</b> trata de aspectos <b>subjetivos</b> , tratando da <b>boa-fé</b> que o <b>administrado possui perante a Administração</b> em relação aos <b>seus atos praticados</b> conforme a <b>lei</b> .

**Gabarito:** Letra E.

**43) A apreensão de documentos pertencentes à pessoa jurídica, por agentes da Administração Pública durante ação de fiscalização de estabelecimentos em determinado segmento,**

A) é expressão do princípio da eficiência, que, em razão de expressa previsão constitucional e de seu status hierarquicamente superior, prescinde de fundamento legal para o respectivo exercício.

B) depende de expressa autorização judicial, diante da natureza cautelar da medida, o que excederia os limites da ação fiscalizatória disciplinar da Administração Pública.

C) configura exercício do poder disciplinar, que submete não apenas os servidores públicos à autoridade administrativa, mas também os administrados à tutela estatal.

D) é manifestação do poder normativo da Administração Pública, que pode editar atos normativos originários para fundamentar a adoção de ações e medidas cautelares repressivas em face dos administrados.

E) configura legítima atuação do poder de polícia administrativa, que não dispensa a observância do contraditório em favor da empresa, admitido, contudo, de forma justificada, o diferimento desse exercício.

**Comentário:**

A apreensão de documentos pertencentes à pessoa jurídica, por agentes da Administração Pública durante ação de fiscalização de estabelecimentos em determinado segmento, configura legítima atuação do poder de polícia administrativa, que não dispensa a observância do contraditório em favor da empresa, admitido, contudo, de forma justificada, o diferimento desse exercício.

Poder de Polícia	
<b>Preventivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Regra;</b></li> <li>➤ Ocorre quando um <b>terceiro depende</b> de uma <b>licença ou autorização</b> para utilizar um <b>bem</b> ou exercer alguma <b>atividade privada</b> que <b>afete a coletividade</b>;</li> <li>➤ A <b>Licença</b> é um <b>ato administrativo vinculado e definitivo</b>. Com isso caso um particular <b>preencha os requisitos</b> de exercer determinado direito, a administração <b>deverá reconhecer</b>; Ex: Licença para construir em terreno particular.</li> <li>➤ A <b>autorização</b> é um ato administrativo <b>discricionário e precário</b> em que o particular <b>adquire a autorização</b> da Administração Pública para <b>exercer uma atividade de seu interesse</b>. Ex: Porte de Arma;</li> </ul>
<b>Repressivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Exceção;</b></li> <li>➤ É a aplicação de <b>sanções administrativas</b>, feita normalmente <b>através de uma fiscalização</b> aos particulares por estarem <b>descumprindo</b> alguma <b>norma de polícia</b>; Ex: Multas, demolição de obras irregulares, apreensão de mercadorias inválidas;</li> <li>➤ A <b>cobrança de taxa</b> é uma razão do <b>exercício do poder de polícia</b>; Ex: Cobrança de Taxas para atividades comerciais;</li> <li>➤ O poder de polícia não precisa possuir sempre suas atividades de maneira presencial, podendo ocorrer <b>através de locais remotos</b>;</li> </ul>

Polícia Administrativa X Polícia Judiciária	
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A <b>polícia Administrativa</b> aplica infrações de <b>natureza administrativa</b>, enquanto a <b>polícia judiciária</b> possui a função de aplicar <b>sanções voltadas para o direito penal</b> implicando a <b>detenção ou reclusão de pessoas</b>.</li> <li>➤ Enquanto a <b>polícia administrativa</b> exerce suas funções por meio de <b>órgãos administrativos</b>, as <b>funções de polícia judiciária</b> são exercidas por <b>corporações especializadas (PC, PRF, PM)</b>.</li> <li>➤ <b>Parte da doutrina</b> entende que a <b>Polícia Administrativa possui caráter preventivo</b>, enquanto a <b>judiciária, repressivo com punição penal</b>;</li> <li>➤ A <b>Polícia Administrativa</b> incide sobre <b>bens, direitos ou atividades</b>, enquanto a <b>polícia judiciária</b> incide <b>sobre pessoas</b>.</li> <li>➤ <b>OBS:</b> A <b>polícia militar</b> pode exercer tanto <b>funções de polícia judiciária ou administrativa</b>;</li> </ul> <p style="text-align: center;">STF/RE 658.570: É constitucional a atribuição às <b>guardas municipais</b> do exercício de <b>poder de polícia</b> de trânsito, inclusive para imposição de <b>sanções administrativas legalmente previstas</b>.</p>	

**Gabarito:** Letra E.



44) Considere que a Administração pública estadual pretenda Implementar um processo de reorganização, objetivando aumentar a eficiência na execução de determinadas atividades e prestação de serviços, a partir da especialização, e mediante desconcentração e descentralização. Nesse contexto, afigura-se juridicamente viável, entre outras possíveis alternativas,

- A) a descentralização dessas atividades com atribuição das mesmas a autarquias, criadas por lei, e empresas públicas, mediante prévia autorização legislativa, sendo apenas as autarquias pessoas jurídicas de direito público.
- B) a desconcentração de atividades mediante a Instituição de entidades dotadas de personalidade jurídica privada, tais como autarquias, mediante prévia autorização legislativa.
- C) extinção de órgãos e de cargos vagos, o que pode ser feito independentemente de lei, e transformação de autarquias e empresas públicas, na forma autorizada por lei.
- D) Instituição de sociedades de economia mista, o que demanda prévia autorização legislativa, e extinção de autarquias órgãos públicos, que prescinde de lei, podendo ser efetivada por decreto do Chefe do Executivo.
- E) criação de fundações e empresas públicas, ambas pessoas jurídicas de direito público, sujeitas aos princípios reitores da Administração.

Comentário:

### Função Administrativa do Estado

- **Finalidade da Função Administrativa do Estado:** Atender os interesses da **sociedade ou coletividade**, desde que respeitados os **princípios e normas**.
- O Estado possui **quatro maneiras** de realizar sua **função administrativa**, sendo estas:
  - ✓ **Centralização:** Trata-se do exercício administrativo feito **diretamente** pelas **entidades políticas (U/E/DF/M)** dos seus **órgãos e agentes públicos**.
  - ✓ **Descentralização:**
    - Divide-se em Descentralização **Política e Administrativa**.
    - **Descentralização Política:** Trata-se da criação de entes políticos com personalidade jurídica que possuem **competência legislativa dentro de seu âmbito territorial**.
    - **Descentralização Administrativa:**
      - ❖ Ocorre quando os entes políticos **transferem a execução (ou a titularidade e execução)** dos serviços para **outros entes**. Pode ocorrer por meio de **lei, contrato ou ato administrativo**.
      - ❖ Ocorre entre **duas pessoas jurídicas** ou entre uma **pessoa jurídica e uma física**.
    - ❖ **A descentralização pode ser:**
      - Territorial:** Trata-se da descentralização do **Estado Unitário** em **departamentos, províncias e regiões**.
      - Por serviços ou funcional ou técnica ou outorgada:**
        - Ocorre quando o **Ente político cria uma pessoa jurídica** com funções **administrativas**, atribuindo a **titularidade** e a **execução** do serviço público.
        - Criados ou autorizados por **lei específica**.
        - O Ente criado passa a ter um **VÍNCULO** com o ente político que o criou, porém não existe subordinação e hierarquia, **mas apenas o controle**.
  - Ex: Administração Indireta (Autarquia/Fundações Públicas/Empresas Públicas/Sociedade de Economia Mista).
  - Por colaboração ou delegação:**
    - Ocorre quando o poder público **continua com a titularidade**, mas **transfere a execução** do serviço público para um **particular** mediante **contrato administrativo** (Concessão e Permissão) ou **ato administrativo** (Autorização).
    - Ex: Permissão ou concessão de serviço.
  - ✓ **Concentração:**
    - A função administrativa é realizada no **ambiente interno de cada entidade**, por **um único órgão**,

sem distribuir competências.

- Acontece também quando uma pessoa jurídica resolve **extinguir** um órgão existente **em sua estrutura, realocando as competências** em outra unidade.
- ✓ **Desconcentração**: É a distribuição de competências **dentro de uma mesma entidade** (política ou administrativa – ambiente interno) **por meio dos seus órgãos**, mantendo-se uma **hierarquia**.

A) a descentralização dessas atividades com atribuição das mesmas a autarquias, criadas por lei, e empresas públicas, mediante prévia autorização legislativa, sendo apenas as autarquias pessoas jurídicas de direito público.

### **Autarquia**

- **Autós (Próprio) + Arquia** (Comando, governo, direção);
- Entidade integrante da Administração Indireta criada por meio da descentralização administrativa por serviço ou outorga.
- **Criada e Extinta por Lei** específica;
- Personalidade Jurídica de Direito **Público**;
- Possui regime jurídico de **direito público**, tendo servidores contratados pelo **regime estatutário**;
- Exerce atividades **típicas da administração direta**.
- **Especialização** dos fins ou atividades, ou seja, a autarquia é criada, mediante um processo de descentralização por serviço, para exercer **um serviço especializado em uma determinada área**, fazendo-se assim cumprir o **princípio da especificidade**;
- Passa a ser **titular e a executar** o serviço **descentralizado**.

### **Empresas Públicas**

- Entidades **administrativas** integrantes da **Administração Indireta**;
- Pessoas Jurídicas de Direito **Privado**;
- Podem atuar na **área de exploração de atividades econômicas**, quando necessária aos **imperativos de segurança nacional** ou a relevante **interesse coletivo (regra)**; ou na **área de serviços públicos**.
- Lei específica **autoriza** a criação e extinção;
- Após a autorização por lei para a criação, a empresa pública ou sociedade de economia mista **nascem definitivamente** quando **registrado**, em órgão competente, o **seu ato constitutivo**.
- Possuem **vinculação** com o ente que as criaram (**Controle de Tutela**);

**Gabarito:** Letra A.

**45) Um servidor público sofreu punição disciplinar sem que tenha praticado qualquer falta funcional, ou seja, a autoridade responsável aplicou-lhe a penalidade por questões pessoais. Diante do vício de finalidade narrado, tal ato administrativo**

- A) deverá ser anulado, com efeitos ex nunc.
- B) comporta revogação, com efeitos ex nunc.
- C) admite convalidação, com efeitos retroativos.
- D) comporta revogação, com efeitos ex nunc
- E) deverá ser anulado, com efeitos ex tunc.

**Comentário:**

Anulação	Revogação
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorre por ser um ato que <b>exorbita os limites da legalidade</b>;</li><li>• O ato pode ser <b>discricionário</b> ou <b>vinculado</b>;</li><li>• Se sujeita ao <b>exame do Poder Judiciário</b>, mediante <b>provocação</b>, e também ao da Administração.</li><li>• Efeito <b>retroativo</b> ou <b>Ex-Tunc</b>.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorre por <b>não ser mais conveniente ou oportuno</b>, porém é considerado um ato <b>legal</b>;</li><li>• O ato precisa ser <b>discricionário</b>;</li><li>• <b>Não</b> se sujeita ao exame do <b>Poder Judiciário</b>, mas <b>apenas ao da Administração</b>.</li><li>• Efeito <b>prospectivo</b> ou <b>Ex-Nunc</b>.</li></ul>

**Gabarito:** Letra E.

**46) Suponha-se que, em certo órgão da administração pública federal, a decisão de determinado processo administrativo exija a participação de mais de três órgãos. Nessa situação, sendo justificável pela relevância da matéria, a decisão administrativa poderá ser tomada mediante decisão coordenada, o que**

- A) não excluirá a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
- B) excluirá a responsabilidade originária de cada órgão, se o processo administrativo for licitatório.
- C) não excluirá a responsabilidade originária de cada órgão, se o processo administrativo for relacionado ao poder sancionador.
- D) não excluirá a responsabilidade originária de cada órgão, se o processo administrativo for licitatório.
- E) excluirá a responsabilidade originária de cada órgão, se o processo administrativo sancionador.

**Comentário:**

Lei nº 9.784/99. Art. 49-A. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de **3 (três) ou mais** setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que:

I - for justificável pela relevância da matéria; e

II - houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

§ 4º A decisão coordenada **não exclui a responsabilidade originária** de cada órgão ou autoridade envolvida.

§ 6º **Não se aplica** a decisão coordenada aos processos administrativos:

I - de licitação;

II - relacionados ao poder sancionador; ou

III - em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.

**Gabarito:** Letra A.

**47) João, servidor público civil federal, estava de férias em uma praia paradisíaca, ocasião em que sofreu grave acidente, ensejando a sua aposentadoria por invalidez, após a observância de todas as formalidades legais para tanto. Nada obstante, alguns meses após o evento, uma junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria. João, então, retornou à atividade.**

**Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que João retornou à atividade em razão**

- A) do aproveitamento, modalidade de provimento originário.
- B) da readaptação, modalidade de provimento derivado.
- C) da reintegração, modalidade de provimento derivado.
- D) da recondução, modalidade de provimento originário.
- E) da reversão, modalidade de provimento derivado.

**Comentário:**

## GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)

“João, servidor público civil federal, estava de férias em uma praia paradisíaca, ocasião em que sofreu grave acidente, **ensejando a sua aposentadoria por invalidez**, após a observância de todas as formalidades legais para tanto. Nada obstante, alguns meses após o evento, uma junta médica oficial declarou **insubsistentes os motivos da aposentadoria**. João, então, **retornou à atividade**.”

Provimento
✓ <b>Nomeação:</b> Consiste na única forma de provimento <b>originário</b> .
✓ <b>Promoção:</b> A <b>promoção</b> é uma forma de <b>provimento e vacância</b> , pois ao mesmo tempo que o servidor <b>sobe dentro de sua carreira</b> , acaba ocorrendo a <b>vacância da posição que se encontrava</b> .
✓ <b>Readaptação:</b> Investidura do servidor em cargo de <b>atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação</b> que tenha sofrido em sua capacidade <b>física</b> ou <b>mental</b> verificada em inspeção médica. (Provimento derivado <b>horizontal</b> )
✓ <b>Reversão:</b> <b>É o retorno à atividade de servidor aposentado.</b> (Provimento derivado por <b>reingresso</b> )
✓ <b>Aproveitamento:</b> Consiste no retorno à atividade do servidor em disponibilidade em cargo de atribuições e vencimentos <b>compatíveis</b> com o anteriormente ocupado. (Provimento derivado por <b>reingresso</b> )
✓ <b>Reintegração:</b> É a <b>reinvestidura</b> do servidor <b>estável</b> no <b>cargo anteriormente ocupado</b> , ou no <b>cargo resultante de sua transformação</b> , quando <b>invalidada a sua demissão</b> por decisão <b>administrativa</b> ou <b>judicial</b> , <b>com ressarcimento de todas as vantagens</b> . (Provimento derivado por <b>reingresso</b> )
✓ <b>Recondução:</b> É o <b>retorno</b> do servidor <b>estável</b> ao cargo <b>anteriormente ocupado</b> . (Provimento derivado por <b>reingresso</b> )

Com a aprovação da Lei 9.527, a **Ascensão e a Transferência** foram **revogadas**. O STF possui o entendimento de que essas formas de provimento vertical e vacância **afrontam o princípio do concurso público**, pois ambas as formas de **provimento e vacância** levavam o servidor a fazer parte de uma **carreira distinta** da primeira aprovada mediante concurso público.

Gabarito: Letra E.

### 48) Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), no que concerne à participação consorciada nos certames licitatórios,

- A) para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, não haverá acréscimo sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.
- B) cada empresa consorciada deve comprovar, isoladamente, os requisitos habilitatórios exigidos no edital.
- C) é vedada a participação de empresas em consórcio na licitação.
- D) o edital de licitação não poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas em consórcio.
- E) a substituição de consorciado independe de ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.

#### Comentário:

A resolução da questão exige conhecimento do Art. 15º da Lei 14.133/21. Mais precisamente dos incisos e parágrafos mostrados abaixo:

Lei 14.133/21. Art. 15º. **Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório**, pessoa jurídica **poderá participar de licitação em consórcio**, observadas as seguintes normas:

(...)

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do **somatório dos quantitativos de cada consorciado** e, para efeito de **habilitação econômico-financeira**, do somatório dos valores de cada consorciado;

(...)

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio **acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** sobre o valor exigido de licitante individual para a **habilitação econômico-financeira**, **salvo justificção**.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo **não se aplica** aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação **poderá estabelecer limite máximo** para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A **substituição de consorciado** deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**Letra A - Correta.**

A alternativa vai de encontro com o parágrafo segundo do Art 15º.

**Letra B - Incorreta.**

De acordo com o inciso III será o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e não de cada consorciado isoladamente. "III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do **somatório dos quantitativos de cada consorciado** e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;"

**Letra C - Incorreta.**

De acordo com o Art.15º caput é permitido a participação de empresas em consorcio nas licitações salvo vedação devidamente explicita.

**Letra D - Incorreta.**

A alternativa vai no sentido oposto ao definido no parágrafo quarto do Art. 15º.

**Letra E - Incorreta.**

O parágrafo quinto do Art.15º afirma a necessidade de autorização.

**Gabarito:** Letra A.

---

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

**49) A governança tem função**

- A) executora.
- B) avaliadora.
- C) concretizadora.
- D) realizadora.
- E) direcionadora.

**Comentário:**

A governança tem uma função **direcionadora**, pois está relacionada ao estabelecimento de diretrizes, estratégias e políticas que orientam a gestão e o funcionamento das organizações. Ela não executa diretamente, mas define os rumos a serem seguidos, garantindo que a organização atue de forma eficiente, transparente e responsável.

**Gabarito:** Letra E.

**50) O Balanced Score Card é muito utilizado em todo o mundo, seja no âmbito privado ou público. Um dos motivos de seu sucesso se deve ao fato de que o Balanced Score Card**

- A) apresenta duas dimensões: perspectiva financeira e perspectiva governamental.
- B) propicia a visão de conjunto dos fatores críticos de sucesso.
- C) apresenta três dimensões: perspectiva financeira, perspectiva do cliente e perspectiva governamental.
- D) apresenta quatro dimensões: perspectiva financeira, perspectiva do cliente, perspectiva interna, e perspectiva governamental.
- E) enfatiza apenas o resultado financeiro final.

**Comentário:**

**Balanced Scorecard - BSC (Kaplan e Norton - 1990)**

- O Balanced Scorecard (BSC) é um sistema que **visa monitorar e implementar** a estratégia organizacional por meio de **indicadores, objetivos e metas** estabelecidos de forma balanceada.
- Ele é composto por 4 indicadores: **Financeira**, do **Cliente**, dos Processos **Internos** e de **Aprendizado e Crescimento**.

**Gabarito:** Letra B.

**51) A identificação dos gaps de competências existentes em uma organização é feita durante fase de**

- A) formulação da estratégia organizacional.
- B) avaliação de resultados.
- C) capacitação por competências.
- D) mapeamento de competências.

**Comentário:**

**Mapeamento de Processos**

O objetivo do mapeamento de processos é **detalhar o fluxo atual do processo**, facilitando a **visualização** de todo o procedimento. Dessa forma, busca-se compreender cada etapa do processo atual.

Além disso, um dos objetivos do mapeamento de competências é **identificar o gap, ou lacuna, de competências**, ou seja, identificar a discrepância entre as competências necessárias para concretizar a estratégia corporativa e as competências internas existentes na organização.

**Gabarito:** Letra D.

**52) A análise de risco em uma organização deve considerar todos os fatores a seguir, EXCETO:**

- A) Potencial de impacto.
- B) Frequência do risco.
- C) Nível de controle existente.
- D) Expectativa de lucro.
- E) Vulnerabilidade da organização.

---

**Comentário:**

A **análise de risco** em uma organização foca em fatores como o **potencial de impacto**, a **frequência do risco**, o **nível de controle existente**, e a **vulnerabilidade da organização** para mitigar os riscos de maneira eficaz. A **expectativa de lucro** não é um fator relevante na análise de riscos, pois o objetivo dessa análise é avaliar ameaças e vulnerabilidades, não o retorno financeiro ou os lucros esperados.

**Gabarito:** Letra D.

---

**53) A gestão do conhecimento é**

- A) a observação e a coleta dos insights obtidos no cotidiano da empresa visando propagá-los como boas práticas.
- B) a valoração do conhecimento especializado dos processos e das rotinas organizacionais, propagando as práticas de trabalho.
- C) a substituição da força física pela força mental para gerar valor para a organização por meio do intelecto.
- D) aplicar ferramentas que processem informações sobre o mercado e possibilitem troca com espaços externos à empresa.
- E) o processo sistemático de identificação, criação, renovação e aplicação dos conhecimentos estratégicos na vida de uma organização.

---

**Comentário:**

A **gestão do conhecimento** envolve um processo contínuo e sistemático de **identificação, criação, renovação e aplicação** de conhecimentos que são estratégicos para a organização. Isso garante que o conhecimento existente seja bem aproveitado e atualizado constantemente, contribuindo para o sucesso e a inovação dentro da empresa.

**Gabarito:** Letra E.

---

**54) Dentre os tipos de estoques, de que trata o estoque de segurança?**

- A) Produtos com defeitos que não podem ser vendidos.
- B) A quantidade máxima de produtos a serem armazenados.
- C) O excesso de produtos que não foram vendidos.
- D) Produtos importados para suprir a falta de matéria-prima.
- E) Uma reserva de produtos para atender a uma demanda imprevista.

---

**Comentário:**

O **estoque de segurança** é uma quantidade adicional de produtos mantida em estoque para lidar com variações inesperadas na demanda ou atrasos no fornecimento. Ele serve como uma **reserva** para garantir que a organização possa continuar a atender os clientes e manter a produção, mesmo diante de imprevistos.

**Gabarito:** Letra E.

---

**DIREITO CIVIL**

**55) O juiz poderá desconsiderar a personalidade de pessoa jurídica de fins econômicos, a requerimento da parte ou do Ministério Público,**

- A) somente quando se verificar a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores ou para a prática de atos ilícitos.
- B) se, cobrada judicialmente, os bens da pessoa jurídica não forem suficientes para o pagamento do credor.
- C) se ocorrer a transferência, entre os sócios e a sociedade, de ativos ou de passivos, sem efetivas contraprestações, salvo se de valor proporcionalmente insignificante.
- D) se houver grupo econômico e uma das sociedades que o integra deixar de cumprir obrigação pecuniária.
- E) quando houver expansão ou alteração da finalidade original da atividade específica da pessoa jurídica.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

CC/02. Art. 50. Em caso de **abuso da personalidade jurídica**, caracterizado pelo **desvio de finalidade** ou pela **confusão patrimonial**, pode o **juiz**, a requerimento da parte, ou do **Ministério Público** quando lhe couber intervir no processo, **desconsiderá-la** para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam **estendidos aos bens particulares** de **administradores** ou de **sócios** da pessoa jurídica **beneficiados direta ou indiretamente** pelo abuso.

Letra B: Errada.

Letra C: Correta.

CC/02. Art. 50. § 2º. Entende-se por **confusão patrimonial** a **ausência de separação de fato entre os patrimônios**, caracterizada por:

**II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;**

Letra D: Errada.

CC/02. Art. 50. § 4º. A mera existência de grupo econômico **sem a presença dos requisitos** de que trata o **caput** deste artigo **não autoriza a desconsideração** da personalidade da pessoa jurídica.

Letra E: Errada.

CC/02. Art. 50. § 5º. **Não constitui desvio de finalidade** a **mera expansão** ou a **alteração da finalidade original** da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

**Gabarito:** Letra C.

**56) De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico simulado é**

- A) válido, exceto no caso de dissimulação.
- B) anulável, não sendo suscetível de confirmação.
- C) anulável, mas é suscetível de confirmação.
- D) nulo, não sendo suscetível de confirmação.
- E) nulo, mas é suscetível de confirmação.

**Comentário:**

CC. Art. 167. É **nulo** o negócio jurídico **simulado**, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na **substância** e na **forma**.

CC. Art. 169. O negócio jurídico nulo **não é suscetível de confirmação**, nem convalesce pelo decurso do tempo.

**Gabarito:** Letra D.

**57) O pagamento**

- A) feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que ele não era credor.



**GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!](#)**

B) deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.

C) não vale quando cientemente feito ao credor incapaz de quitar, em nenhuma hipótese.

D) autoriza-se a recebê-lo o portador da quitação, fato que origina presunção absoluta.

E) feito pelo devedor ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, prejudicado o direito de regresso contra o credor.

---

**Comentário:**

Letra A: Errada.

CC/02 Art. 309. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, **ainda provado depois que não era credor.**

Letra B: Correta.

CC/02 Art. 308. O pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.

Letra C: Errada.

CC/02 Art. 310. **Não vale** o pagamento cientemente feito ao **credor incapaz de quitar**, **se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu.**

Letra D: Errada.

CC/02 Art. 311. **Considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação**, **salvo se as circunstâncias contrariarem a presunção daí resultante.**

Letra E: Errada.

CC/02 Art. 312. **Se o devedor pagar ao credor**, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento **não valerá** contra estes, que **poderão constranger o devedor a pagar de novo**, **ficando-lhe ressalvado o regresso contra o credor.**

---

**Gabarito:** Letra B.

**58) Com relação aos contratos de adesão, de acordo com o Código Civil,**

A) são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

B) quando houver cláusulas ambíguas, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao fornecedor de produtos ou serviços.

C) são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

D) são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

E) quando houver cláusulas contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao fornecedor de produtos ou serviços.

---

**Comentário:**

CC/02 Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação **mais favorável** ao aderente.

CC/02 Art. 424. Nos contratos de adesão, **são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.**

---

**Gabarito:** Letra C.

59) Acerca do contrato de depósito, considere:

I. O depósito de coisas fungíveis regula-se pelo disposto acerca do mútuo.

II. É depósito voluntário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque.

III. O depósito necessário não se presume gratuito.

IV. O depositário não se escusa da responsabilidade nos casos de força maior, comprove-os ou não.

V. Os hospedeiros responderão como depositários, assim como pelos furtos e roubos que perpetrarem as pessoas empregadas ou admitidas nos seus estabelecimentos.

Está correto o que se afirma APENAS em.

- A) I e II.
- B) III e V.
- C) II e IV.
- D) I e III.
- E) IV e V.

---

**Comentário:**

Item I: Errado.

CC/02 Art. 645. O depósito de **coisas fungíveis**, em que o depositário se obrigue a **restituir objetos** do mesmo gênero, qualidade e quantidade, regular-se-á pelo disposto acerca do **mútuo**.

Item II: Errado.

CC/02 Art. 647. **É depósito necessário:**

II - o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque. **(Depósito Miserável)**

Item III: Correto.

CC/02 Art. 651. O depósito necessário **não se presume gratuito**. Na hipótese do art. 649, a remuneração pelo depósito **está incluída no preço da hospedagem**.

Item IV: Errado.

CC/02 Art. 642. O depositário **não responde pelos casos de força maior**; **mas**, para que lhe valha a escusa, **terá de prová-los**.

Item V: Correto.

CC/02 Art. 649. Aos depósitos previstos no artigo antecedente **é equiparado** o das bagagens dos viajantes ou hóspedes nas hospedarias onde estiverem. **(Depósito Hospedeiro)**

Parágrafo único. Os **hospedeiros responderão como depositários**, assim como pelos furtos e roubos que perpetrarem as pessoas empregadas ou admitidas nos seus estabelecimentos.

**Gabarito:** Letra B.

---

60) Lúcio, um homem negro, foi abordado por seguranças de uma rede de Supermercados de Salvador, no interior de estabelecimento comercial, e acusado de subtrair mercadorias que estavam expostas à venda. Lúcio foi conduzido a uma sala reservada, onde foi agredido e exigido o pagamento de certa quantia em dinheiro para ser liberado. Como não teve condições de pagar a quantia exigida, os seguranças o entregaram para terceiros, que o torturaram e mataram. Indignados com a situação, populares procuraram a Defensoria Pública da Bahia para obter informações e para a adoção de providências judiciais cabíveis. Nessas circunstâncias, a orientação dada pela Defensoria Pública deve sustentar que

A) a pessoa jurídica tem responsabilidade objetiva pelos danos causados, mas somente os herdeiros de Lúcio é que têm legitimidade para pleitear qualquer reparação por danos materiais ou morais decorrentes de tal situação.

B) a pessoa jurídica tem responsabilidade objetiva pelos danos causados ao indivíduo e seus familiares, sem prejuízo do cabimento de ação civil pública proposta pela Defensoria Pública para o ressarcimento de danos morais coletivos em razão de racismo estrutural.

C) a responsabilidade recairá exclusivamente sobre as pessoas responsáveis (seguranças e agressores), uma vez afastada a responsabilidade civil da pessoa jurídica em razão da culpa exclusiva de terceiros.

D) somente se pode pleitear da pessoa jurídica a indenização dos danos sofridos caso se tenha comprovada a sua culpa, seja em razão da adoção de protocolos ilegais de operação, seja por dolo ou culpa – como a culpa in eligendo, por exemplo.

E) inexistente qualquer dano a ser indenizado caso realmente se constate que Lúcio tentou subtrair mercadorias da empresa, pois a ilicitude de sua conduta afastaria qualquer responsabilidade da pessoa jurídica.

---

**Comentário:**

CC/02 Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I – os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II – o tutor e o curador, pelos **pupilos e curatelados**, que se acharem nas mesmas condições;

III – o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV – os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V – os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

CC/02 Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, **ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos.** (Responsabilidade Objetiva)

---

**Gabarito:** Letra B.

---